



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026 PROCESSO Nº 10060/2026				
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA				
09h 00 min do dia 29/05/2026				
Objeto:Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, compreendendo: <ul style="list-style-type: none">• 15 (quinze) motocicletas tipo trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e• 05 (cinco) motocicleta tipo trail naked (streetfighter), cilindrada mínima de 470 cc				
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO				
R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).				
Legislação	Registro de Preços	Instrumento Contratual		Critério de Julgamento
14.133/2021	Sim	Nota de Empenho/Contrato		MENOR PREÇO
Licitação Exclusiva ME/EPP	Cota para ME/EPP	Vistoria cc	Exige Amostra ou Demonstração	Modo de Disputa
Não	Não	Não	Não	Aberto/fechado
Pedido de Esclarecimento e Impugnações				
Até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura da sessão pública, para os endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e pedro.costa@paranagua.pr.gov.br ou demais condições do Edital .				
Observações Gerais				
<p>O pregão será realizado exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), para o recebimento de propostas, abertura, disputa de preços e demais atos;</p> <p>O edital está disponível para download sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.</p> <p>Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Pedro Cândido e equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal n.º 1203/2025.</p> <ul style="list-style-type: none">• E-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e pedro.costa@paranagua.pr.gov.br• Telefones: (41) 3721-1810• Endereço: Rua Júlia da Costa, nº 322 – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná <p>O atendimento será feito das 08h00min às 11 h e das 13h00min às 18 h, dias úteis, horário de Brasília – DF.</p>				



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026 PROCESSO 10060/2026

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES
6. DO CREDENCIAMENTO NO LICITACOES-E2
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICA
9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL **(ATUALIZADA)**
13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
14. DA AMOSTRA
15. DA HABILITAÇÃO
16. DO RECURSO
17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CADASTRO RESERVA
20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
21. DA GARANTIA CONTRATUAL
22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
23. DAS SANÇÕES
24. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
25. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
30. MEDIDAS ACAUTELADORAS
31. FRAUDE E CORRUPÇÃO
32. DISPOSIÇÕES FINAIS



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO III – MODELO DE MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – MODELO DE MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO
FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE
TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E
MICROEMPRESA INDIVIDUAL

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO
OU DEGRADANTE

ANEXO XII – MODELO DE DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

PROCESSO 10.060/2026 SEMSEG

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Governo, por intermédio do Pregoeiro nomeada através do Decreto nº 1203/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço total do lote, visando a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, compreendendo:**

- **15 (quinze) motocicletas tipo trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e**

- **05 (cinco) motocicleta tipo trail naked (streetfighter), cilindrada mínima de 470 cc,**

de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº 10060/2026 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 4.319/2023 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública nomeada por meio do Decreto Municipal nº 1203/2025, denominada PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo www.compras.gov.br.

1.4 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), conforme datas e horários definidos:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

1.5 O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, compreendendo:**

- **15 (quinze) motocicletas tipo trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e**
- **05 (cinco) motocicleta tipo trail naked (streetfighter), cilindrada mínima de 470 cc e demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I),** conforme condições, quantitativo e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 a licitação será dividida em 02 (dois) lotes, conforme tabela constante do item 3.4 do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme Art. 83 da lei 14.133/2021.

2.4 O Contratado será obrigado a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021

3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 O valor total máximo previsto para o presente certame importa em **R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)** para o quantitativo constante no ANEXO I – Termo de Referência.

3.2 A competição se dará por menor preço total do LOTE, sendo que o licitante deverá formular sua proposta final respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá- los, sob pena de desclassificação.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

3.3 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2025, devidamente ajustada na dotação do exercício subsequente:

20.03.2202.33.90.33 – FONTE : 1.509.

20.0.2202.33.90.33 – FONTE : 1.000

3.4. São fixados os seguintes preços máximos por lote, conforme descrito nas tabelas abaixo constantes:

R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).

LOTES					
LOTE	Especificação	Unidade mês	Quantidade de veículos.	Valor Unitário por veículo mês	Valor total do lote por 12 meses
01	Locação de Motocicleta TRAIL (uso misto) mínimo de 290cc ou superior ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (conforme termo de referência)	Unidade	15	R\$ 3.337,77	R\$ 600.798,60
02	Locação MOTOCICLETA TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 CC; ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (Conforme Termo De Referência)	UNIDADE	05	R\$ 3.610,00	R\$ 216.600,00
R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).					

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.1 O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO total do LOTE

4.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

4.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.4 A data-base para fins de reajuste contratual, mediante a aplicação de índices previamente estabelecidos, será a do orçamento estimado da contratação, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicados a partir de 01 ano do contrato.

4.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, se for o caso

4.6 MODO DE DISPUTA

O procedimento licitatório será realizado no modo de disputa aberto/fechado, nos termos da legislação vigente.

Intervalo mínimo entre os lances: R\$ 100,00 (cem reais).

5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES

5.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, somente serão prestados e considerados quando apresentados por escrito, dirigido o Pregoeiro, devendo ser protocolado, por protocolo eletrônico até às 23h59min do prazo legal, encaminhada aos seguintes endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e pedro.costa@paranagua.pr.gov.br.

5.1.1 O horário de atendimento da Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa 322, Centro, é das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00 HORÁRIO DE Brasília – DF, nos dias úteis.

5.1.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

5.2 Não será conhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponibilizado para consulta no sítio eletrônico: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.

5.4 Caso seja acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5 Os atos e decisões da presente licitação serão divulgados em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as pessoas jurídicas que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação, e que estejam devidamente cadastradas nos sistemas oficiais do Governo Federal, por meio dos seguintes endereços eletrônicos: www.compras.gov.br (Compras.gov.br) e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP).

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. Compete ao licitante verificar a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas indicados no item 6.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis, devendo proceder, imediatamente, às correções necessárias quando identificar inconsistências ou desatualizações.

6.4. A inobservância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante no momento da análise documental.

6.5. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que pretendam usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão comprovar seu enquadramento mediante:

I – Certidão expedida pela Junta Comercial; ou

II – Declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.5.1. A documentação referida no item 6.5 deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação.

6.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento como ME ou EPP é exclusiva da licitante, que responderá por eventual declaração falsa ou incorreta.

6.6. É vedada a participação de licitantes que:

- a) não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) sejam autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a contratação envolver objeto a eles relacionado;
- c) sejam empresas responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou que possuam vínculo com seus autores, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- d) estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que atue na licitação ou na gestão do contrato, ou com seus familiares até o terceiro grau;
- f) sejam controladoras, controladas ou coligadas entre si, concorrendo no mesmo certame;
- g) tenham sido condenadas, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- h) sejam agentes públicos do órgão ou entidade contratante;
- i) atuem como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nessa condição;
- j) encontrem-se em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvada a hipótese prevista no item 6.6.6;
- k) estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- l) enquadrem-se nas vedações previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6.1. O impedimento previsto na alínea “h” aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outro, com o objetivo de burlar sanção administrativa, desde que comprovada fraude.

6.6.2. Os autores de projetos e empresas a eles vinculadas poderão participar apenas em atividades de apoio técnico à Administração, sem concorrência direta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6.4. O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede contratações integradas ou semi-integradas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.6.5. A vedação prevista na alínea “h” estende-se a terceiros que auxiliem na condução da licitação.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.6.6. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar, desde que comprovem sua viabilidade econômica e apresentem documentação emitida pelo juízo competente.

6.6.7. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade ou vulto que justifique tal forma de organização, não havendo prejuízo à competitividade.

6.7. A apresentação de declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

6.8. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO compras gov

7.1. Poderá participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,,

assume firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda

que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus atos cadastrais nos Sistemas

relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção

ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4. A não observância do disposto no item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site:

“Acesso ao Sistema” a partir da liberação do Edital, até a data e horário de abertura da sessão pública, horário de Brasília-DF.

8.2 A proposta eletrônica deverá indicar o valor total, por lote, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

8.3 O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

8.5 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

8.7 Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A partir da data e horário de abertura da sessão pública na internet, horário de Brasília-DF, no sítio eletrônico: “Acesso ao Sistema”, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas no sistema e início da etapa de lances.

9.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4 A desclassificação da proposta eletrônica será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas eletrônicas classificadas para participação da fase de lances.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas eletrônicas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor do lance.

10.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço total do LOTE, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

10.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

10.5 Não foi estipulado o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances para este certame.

10.6 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à plataforma do www.gov.br/compras, "Acesso ao Sistema"..

10.7 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, é vedada a identificação do ofertante até o encerramento dos lances.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

10.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

10.10 O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10.11 Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.12 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13 Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: www.gov.br/compras, “Acesso ao Sistema”.

10.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.15 Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema, se for o caso.

10.16 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará ao item destinado à concorrência geral, quando couber.

10.17 Para efeito do disposto no subitem 10.15 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.18 Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, o desempate será decidido mediante sorteio entre os licitantes por meio de mecanismo do sistema eletrônico de Pregão a ser utilizado.

10.19 O disposto nos subitens 10.16 e 10.17 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

10.20 A cotação de cada item é independente dos demais itens, ficando a empresa licitante livre para apresentar proposta em mais de um item ou em todos itens, sendo que a não cotação de qualquer item não ensejará a desclassificação da proposta da licitante

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL (ATUALIZADA)

12.1 O Licitante arrematante deverá encaminhar em formato eletrônico, a PROPOSTA ESCRITA (atualizada conforme valor do lance final) e a HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA www.gov.br/compras, em campo próprio do sistema, observando data e horário limite estabelecido no item 12.5 do Edital.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

12.1.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado, indicando na sua parte frontal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS

RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060,

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

A/C: PEDRO CÂNDIDO

12.2 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá indicar preços unitários e totais, por item, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme o valor do lance final ofertado pelo licitante arrematante.

12.2.1 Em caso de divergência entre os valores unitários e totais do item, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

12.3 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá ser apresentada na forma do Anexo V deste Edital, redigida em papel timbrado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone, e-mail e pessoa de contato;

b) Preços unitários e total em Real (R\$), por item, com apenas duas casas decimais (0,00).

No preço ofertado deverão estar inclusos todos e quaisquer custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, descontos, licenças, fretes, seguros, mão de obra entre outras despesas que incidam direta ou indiretamente na contratação; c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;

e) Fabricante, Marca, Modelo e/ou Referência, se houver, obedecendo as planilhas dos itens.

Essas informações poderão constar no campo “Informações Adicionais” do formulário proposta do sistema eletrônico, e deverão ser informadas na proposta escrita.

12.4 O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços (atualizada):

a) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IV deste edital.

12.5 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos em campo próprio do sistema compras gov, no prazo de até 02 (duas) horas úteis , prorrogáveis por igual período, a contar do encerramento da disputa, com proposta adequada conforme valor ofertado no lance e após a negociação realizada, o valor final não deverá ultrapassar o máximo fixado no edital, acompanhados, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.5.1 Os prazos de envio estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 10/2024, do Portal de Compras do Governo Federal.

12.5.1.1 O disposto nesta cláusula decorre da atualização normativa estabelecida pela mencionada Instrução Normativa, a qual reafirma as determinações já previstas nas Instruções Normativas nº 73/2022 e nº 96/2022, ambas editadas pela Seges/MGI

12.5.2 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.

12.6 Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

12.7 Após o interregno de um ano e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, se for o caso.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

12.7.1 A data-base para fins de reajuste contratual, mediante a aplicação de índices previamente estabelecidos, será a do orçamento estimado da contratação, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8 O preço ofertado deverá corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

12.9 Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

12.10 Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta escrita classificada quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo fixado para a contratação.

13.2 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais, instalações de propriedade do licitante entre outros, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.5 O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

13.6 Não serão aceitas propostas finais que apresentar preço final do item superior ao máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme art. 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

13.7 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.8 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, nos termos dos incisos IV e V do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

13.8.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

13.8.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas; 13.8.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

13.8.4 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

13.8.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

13.8.6 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

13.8.7 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para o fornecimento do objeto;

13.8.8 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.9 A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor TOTAL, sem prejuízo do contido na alínea “c”, item 13.12.

13.10 Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

13.11 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

13.12 Serão desclassificadas as propostas:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

14. DA AMOSTRA

14.1 Deverão ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO todos os protótipos ou amostras dos materiais, insumos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, bem como catálogos e manuais técnicos de aplicação, instalação e/ou manutenção do fabricante ou fornecedor do material ou serviço.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em formato eletrônico, juntamente com a proposta comercial (atualizada conforme lance final), estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, sendo que somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação de documentos originais não-eletrônicos quando houver dúvida em relação à integridade do documento eletrônico, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia com autenticação por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

15.2 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.3 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

15.4.1 Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.4.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.4.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.4.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o certame.

15.5 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

15.5.1 À habilitação jurídica;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.5.2 À qualificação econômico-financeira;

15.5.3 À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4 Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

15.6 Documentos relativos à habilitação jurídica:

15.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.3 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

15.6.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.6.5 Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

15.6.6 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

15.7 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

15.7.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

15.7.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi judicialmente aprovado, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, além de atender aos demais requisitos de habilitação.

15.7.3 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente, comprovando a boa situação financeira da empresa. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se atualização pelos índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

apresentação da proposta.

15.7.4 – Definição de balanço patrimonial apresentado na forma da lei:

- a) Sociedades por ações: os 2 últimos balanços patrimoniais publicados em órgão oficial de imprensa, ou conforme dispuser a Lei nº 6.404/1976;
- b) Demais sociedades empresariais: os 2 últimos balanços patrimoniais transcritos no “Livro Diário”, assinados pelo contador e pelo representante legal, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos;
- c) Empresas sujeitas à Escrituração Contábil Digital (ECD): apresentação dos 2 últimos balanços patrimoniais, acompanhados dos termos de abertura e encerramento e recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.

15.7.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

15.7.6 Será admissível a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

15.7.7 A licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.7.8 No caso de consórcio, o capital social ou patrimônio líquido mínimo deverá ser acrescido de 10% (dez por cento) em relação ao exigido individualmente.

15.7.9 A comprovação do capital social será feita relativamente à data de apresentação da proposta, por meio de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial.

15.7.10 A fixação do percentual de 2% (dois por cento) decorre da análise dos riscos inerentes à inexecução do contrato, considerados o valor global da contratação, o prazo de execução, a duração do contrato e a essencialidade do objeto, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.8 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

15.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

15.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.8.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.9 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9.3 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal e trabalhista para a abertura da fase recursal.

15.9.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado o Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.10 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

15.11 Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12 A documentação relativa aos subitens 15.6 e 15.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação de habilitação.

15.12.1 Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

15.13 Qualificação Técnica:

15.13.1 A licitante deverá “obrigatoriamente” anexar, junto à proposta comercial, declaração que os materiais ofertados, contém todas as informações, especificação técnica, dimensões, pesos e demais características técnicas correlatas ao objeto licitado, sob pena de sanções



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

previstas no inciso VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, referente a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta;

15.13.2 Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, a seguinte documentação:

15.13.2.1 Atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada onde comprove que a empresa teve um bom desempenho no fornecimento do item em pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de cada item.

15.13.2.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ao) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

15.14 Documentação complementar:

15.14.1 Declaração do licitante de que não possuir, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Modelo Anexo VII);

15.14.2 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Modelo Anexo IX);

15.14.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº14.133/2021 e em outras normas específicas .

15.14.4 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Modelo X);

15.14.5 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Modelo Anexo XI); 15.14.6 Declaração de idoneidade (Modelo Anexo VI);

15.14.7 Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso de ME/EPP/MEI (Modelo Anexo VIII).

15.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

15.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.17 A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer o contrato.

15.18 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos no sistema compras gov, em campo próprio, no prazo de até 02 (duas) horas úteis, a contar do encerramento da disputa.

15.18.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.

16. DO RECURSO

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Declarado o vencedor, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez minutos) horas, em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.3 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.4 As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da declaração do vencedor.

16.5 Os demais licitantes ficarão intimados para apresentar contrarrazões, se desejarem, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

16.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

16.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

16.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.10 Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Pregoeiro e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

16.11 Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal do Licitações-e2.bb e para obter a resposta ao recurso apresentado.

16.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.13 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.13.1 Encerrada a fase de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que nos termos do art. 71, da Lei Federal 14.133/21 poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do § 2º do art. 71 da Lei 14.133/21;
- c) proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.13.2 O pregoeiro encaminhará o processo para adjudicação da Autoridade Competente, sempre que não houver recurso.

16.13.2.1 A adjudicação dos itens e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderão ser realizadas depois do encaminhamento do processo pelo pregoeiro para adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

16.13.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

16.13.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela autoridade competente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei nº14.133/2021, poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supérveis;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou
- IV - Adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

17.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

17.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.1.3. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.1.4. O disposto do art. 71 da Lei 14.133/2021 será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

17.2 A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.3 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

17.4 Demais disposições do Decreto Municipal nº 4.319/2024.

18. DA EXECUÇÃO

18.1 Compreende a presente contratação a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG), sem condutor e sem fornecimento de combustível, em regime de empreitada por preço total por item/lote, pelo período de 12 (doze) meses, contemplando:

I – 15 (quinze) motocicletas tipo Trail (uso misto), com cilindrada mínima de 290 cc;

II – 05 (cinco) motocicletas tipo Trail Naked (Streetfighter), com cilindrada mínima de 470 cc;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

III – todas as unidades devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal.

18.2 A contratação será executada sob demanda, mediante formalização de contrato administrativo, observadas as condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências constantes neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

18.3 A prestação dos serviços será realizada em regime de quilometragem livre, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, compreendendo, obrigatoriamente, seguro total contra roubo, furto, colisão e incêndio, cobertura para danos pessoais aos ocupantes, cobertura para danos materiais e corporais causados a terceiros, disponibilização de veículo reserva quando necessário, isenção de franquia e todos os encargos indispensáveis à perfeita execução contratual.

18.4 Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, na sede da Secretaria Municipal de Segurança, situada à Rua Tocantins, nº 206, Bairro Padre Jackson, Paranaguá/PR, em data e horário previamente agendados, para realização de vistoria técnica e início das atividades.

18.5 As unidades deverão ser novas (zero quilômetro), ano/modelo 2026 ou superior, integrantes da linha regular de comercialização do fabricante, comercializadas por rede oficial de concessionárias e em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação, limpeza e trafegabilidade, atendendo integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial da contratada.

18.6 Os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados e licenciados no Estado do Paraná, com placas no padrão MERCOSUL regularmente fixadas, com todas as taxas, tributos e encargos quitados, inclusive junto ao DETRAN, bem como acompanhados da documentação obrigatória, especialmente Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), comprovantes de quitação do IPVA e seguro obrigatório vigente, devendo cópias ser encaminhadas ao Departamento de Transportes e Oficinas (DTO), inclusive no caso de veículos reserva.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.7 Os veículos deverão ser apresentados com o tanque de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião em que o abastecimento correrá por conta da contratada, cabendo os abastecimentos subsequentes à Prefeitura Municipal de Paranaguá, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança.

18.8 Para a montagem, adaptação e caracterização das unidades veiculares, quando aplicável, deverão ser utilizados exclusivamente materiais, equipamentos e acessórios originais ou equivalentes aos empregados na linha regular de produção do fabricante, observadas as normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.

18.9 A contratada será integralmente responsável pela qualidade, integridade, conformidade e transporte dos veículos até o local de entrega, bem como por todas as despesas relativas à operação, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, substituição de peças, pneus e reparos decorrentes de desgaste natural ou acidentes.

18.10 Na hipótese de necessidade de encaminhamento dos veículos para manutenção ou reparos em município diverso de Paranaguá, as despesas com pedágios correrão exclusivamente por conta da contratada.

18.11 Os veículos permanecerão sujeitos à fiscalização permanente da Secretaria Municipal de Segurança ou de servidor formalmente designado, podendo ser recusados aqueles que não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação, limpeza ou funcionamento.

18.12 Constatada irregularidade, inoperância ou ocorrência de sinistro, a contratada deverá promover a substituição do veículo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva de características equivalentes e com no máximo 02 (dois) anos de uso, sob pena de substituição imediata por outro que atenda integralmente às especificações originais do contrato.

18.13 Nos casos em que, para manutenção realizada no mesmo dia, o motorista necessitar aguardar a conclusão do serviço por período superior a 03 (três) horas, caberá à contratada o custeio da alimentação correspondente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.14 É vedada a aplicação de adesivos, pinturas ou quaisquer elementos gráficos nos veículos, ressalvados aqueles pertencentes à Prefeitura Municipal de Paranaguá ou à própria contratada, desde que previamente autorizados pelo órgão competente.

18.15 Os veículos serão submetidos à vistoria técnica no ato da entrega e da devolução, mediante preenchimento de Ficha de Vistoria fornecida pela contratada, na qual deverão constar todas as observações relativas ao estado de conservação, funcionamento e eventuais avarias constatadas.

18.16 O recebimento dos serviços será realizado provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, para avaliação da comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Segurança. Caso os veículos sejam rejeitados, a contratada ficará obrigada a efetuar a substituição, nas mesmas especificações e quantidades, sem ônus à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

18.17 Caso os serviços de locação apresentem alterações que impliquem perda de qualidade durante a vigência contratual, a contratada ficará obrigada a promover a substituição correspondente, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

18.18 Os veículos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência.

18.19 A contratada fica ciente de que eventuais divergências entre as informações apresentadas e as características reais dos veículos implicarão a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, sendo a não substituição pelo veículo adequado considerada recusa de entrega.

18.20 O recebimento provisório e definitivo dos veículos dar-se-á nos termos do Decreto Municipal nº 683/2018, podendo o objeto ser recusado integralmente caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, anexos ou proposta vencedora.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado, igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis.

19.2 O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, prorrogável nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021..

19.3 A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

19.4 Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

19.5 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

- a) O registro a que se refere o item 19.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 19.5, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023;
- b) Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 19.5, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
- c) A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 19.5, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

19.6 A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

19.7 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

19.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 19.6, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

19.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

19.10 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

19.11 O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, e no sítio eletrônico do Município de Paranaguá;

19.12 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

19.13 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

19.14 A pessoa que assinar a Ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19.15 Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando novamente os documentos exigidos no item 15.8, assim como a documentação complementar (documentos exigidos no item 15.14), como condição para celebração do ajuste, devendo manter as condições de habilitação no período de validade da Ata e das respectivas contratações.

19.15.1 O fornecedor também deverá apresentar todos os dados bancários da empresa, bem como o endereço eletrônico (e-mail) e o contato do representante que atenderá aos pedidos da Secretaria solicitante.

19.16 Farão parte da Ata de Registro de Preços todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação, apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

19.17 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados, não podendo transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

19.18 Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços encontram-se divergentes dos praticados no mercado, a Administração Municipal poderá, fundamentadamente:

- a) Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados e o fornecedor não aceite adequá-los ao mercado.
- b) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal em processo administrativo próprio para esse fim.

20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

20.1 As contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

20.2 O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

20.3 A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado por meio de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e encaminhada(s) à Prefeitura Municipal de Paranaguá por e-mail ou Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura de Paranaguá – PR. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à Prefeitura devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

20.4 O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

20.5 O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

20.6 O prazo estabelecido pelo item 20.4 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

20.7 Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados na Ata da Sessão do Pregão, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

20.8 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1 Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

22.2 A Secretaria Municipal de Segurança reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os itens fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

22.3 O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

22.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias. de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

23. DAS SANÇÕES

23.1 Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

23.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;

23.2 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

23.2.1 Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

fornecimento do material;

b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

23.2.2 Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, conforme disposição item 19.3;

23.2.2.1 Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

23.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

23.2.4 Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

23.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

23.3 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal

esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

23.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

23.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

23.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

23.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

23.8 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

23.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

24. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº14.133/2021. 24.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

24.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

24.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

24.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

24.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

24.4.1 A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços;

24.4.2 A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

24.4.3 Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

a) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

b) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

c) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no §2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

d) Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

e) Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

f) Liberado o fornecedor na forma do §5º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

25. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

25.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor :

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

25.2 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

25.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

25.3.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

25.4 O Registro de Preços poderá ser cancelado por iniciativa do fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos que deram origem ao Registro de Preços.

25.5 A solicitação de que trata o item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada defesa prévia sem prejuízo de aplicações de sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

26.1 Fica assegurado a Prefeitura do Município de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

26.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

26.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

26.5 A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá. tibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 Entregar os veículos locados em perfeitas condições de uso, funcionamento,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

segurança, conservação e limpeza, em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais estabelecidos no Edital, Termo de Referência e anexos.

27.2 Fornecer, no ato da entrega, manual do usuário em língua portuguesa, documentação completa do veículo, chave reserva e todos os acessórios necessários à adequada utilização das unidades locadas.

27.3 Responder integralmente por vícios, defeitos ou danos dos veículos fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), inclusive promovendo tratativas junto ao fabricante quando necessário.

27.4 Entregar os veículos com o tanque de combustível totalmente abastecido, parâmetro que servirá de referência para recebimento e devolução das unidades.

27.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e com máxima urgência, quaisquer avarias, defeitos mecânicos, elétricos, estruturais ou operacionais constatados nos veículos, garantindo o pleno cumprimento contratual.

27.6 Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, dentro do horário comercial, qualquer impossibilidade de cumprimento de prazo contratual, apresentando documentação comprobatória dos motivos alegados.

27.7 Indicar preposto responsável pela execução contratual, com telefone e e-mail para atendimento emergencial, inclusive para acionamento de guincho, acidentes, panes ou falhas dos veículos e equipamentos embarcados, mantendo tais informações permanentemente atualizadas.

27.8 Disponibilizar veículos em regime de quilometragem livre, devidamente emplacados, caracterizados e em plenas condições operacionais.

27.9 Realizar, de forma prioritária e contínua, a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, abrangendo troca de óleo, filtros, pneus, alinhamento, balanceamento e demais componentes essenciais ao funcionamento seguro da frota.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

27.10 Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da manutenção, inclusive desgaste natural, reparos por acidentes, substituição de peças e pneus, lubrificação, borracharia, fluidos e demais insumos necessários.

27.11 Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas relativas à documentação dos veículos, inclusive IPVA, licenciamento, seguro obrigatório, emplacamento, taxas administrativas e encargos trabalhistas de seus empregados.

27.12 Substituir imediatamente os veículos sinistrados com perda total por outros de características equivalentes às especificadas no processo licitatório, mediante anuência do fiscal do contrato, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação formal.

27.13 Os pagamentos referentes aos veículos substituídos somente serão devidos após a efetiva entrega das novas unidades, ressalvada a hipótese de disponibilização de veículo reserva durante o período de substituição.

27.14 Substituir ou reparar, com máxima urgência, veículos parcialmente sinistrados que impeçam sua utilização, mediante disponibilização imediata de veículo reserva sempre que o reparo não puder ser concluído prontamente.

27.15 Aceitar desconto proporcional no valor mensal da locação pelos dias em que houver indisponibilidade de veículo sem substituição imediata, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

27.16 Contratar e disponibilizar serviço de guincho para transporte dos veículos destinados a manutenções, revisões, remoções ou demais necessidades operacionais, inclusive devolução, podendo realizar o transporte por meios próprios.

27.17 A CONTRATANTE poderá dispensar o uso de guincho quando as manutenções e revisões ocorrerem no Município de Paranaguá, mediante prévia anuência do fiscal do contrato.

27.18 Restringir a utilização dos veículos caracterizados exclusivamente a servidores



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

autorizados da Guarda Civil Municipal, ressalvados testes técnicos, que deverão ocorrer em local seguro e afastado do público.

27.19 Garantir que todos os veículos retornem das manutenções devidamente limpos, higienizados e prontos para uso imediato.

27.20 Contratar seguro total para todos os veículos locados, contemplando cobertura contra furto, roubo, incêndio, enchente, colisão, danos materiais, corporais e morais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros (APP) e assistência 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus à CONTRATANTE.

27.21 Arcar integralmente com os custos financeiros do seguro, franquias de sua responsabilidade e demais taxas correlatas.

27.22 Providenciar socorro mecânico, remoção ou guinchamento no prazo máximo de 01 (uma) hora após comunicação oficial da Secretaria Municipal de Segurança.

27.23 Fornecer todos os equipamentos e itens obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, inclusive estepe, triângulo, macaco, chave de roda e equivalentes.

27.24 Encaminhar à Secretaria Municipal de Segurança as notificações de autuação com antecedência mínima de 10 (dez) dias do prazo legal para indicação de condutor, sob pena de assumir os encargos decorrentes da perda do prazo.

27.25 Encaminhar notificações de penalidade e comprovantes de pagamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do vencimento, resguardando o exercício do direito a descontos e recursos administrativos.

27.26 Encaminhar toda a documentação comprobatória de despesas para eventual ressarcimento, inclusive fotos, relatórios e notas fiscais.

27.27 Serão de responsabilidade da CONTRATANTE apenas as avarias comprovadamente causadas por seus condutores, multas de trânsito regularmente notificadas e franquias cuja responsabilidade lhe seja atribuída contratualmente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

27.28 Responsabilizar-se integralmente pela integridade física de terceiros, vítimas e de seus empregados em caso de acidente, na forma da legislação aplicável.

27.29 Apresentar, no ato da assinatura contratual, comprovantes de recolhimento do IPVA, inexistência de débitos impeditivos e apólice de seguro vigente.

27.30 Realizar manutenção preventiva e corretiva em conformidade com o plano do fabricante e normas técnicas vigentes.

27.31 Considera-se manutenção preventiva, além da prevista pelo fabricante, a troca periódica de óleo do motor e transmissão, fluido de freio, aditivo de radiador, pastilhas, correias, filtros, amortecedores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.

27.32 Efetuar lavagem completa dos veículos após cada manutenção.

27.33 Substituir pneus que apresentem desgaste excessivo, danos, riscos ou sulcos inferiores a 3 mm, identificados pelo TWI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal.

27.34 Poderá executar os serviços em oficinas de sua escolha, desde que credenciadas e localizadas em Paranaguá/PR ou em municípios situados em raio de até 100 (cem) km.

27.35 Disponibilizar serviço de socorro 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, para atendimento imediato em casos de defeito, pane ou acidente.

27.36 Realizar serviços de manutenção e substituição mediante autorização formal da comissão de gestão contratual, exceto nas revisões preventivas e corretivas ordinárias.

27.37 Responder integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos embarcados, tais como rádio transceptor móvel, sinalizadores acústicos e visuais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após comunicação formal.

27.38 Os veículos que não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

e limpeza, ou que se tornarem inoperantes ou sofrerem acidentes, deverão ser substituídos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva similar, com no máximo 02 (dois) anos de uso.

27.39 Sempre que houver indisponibilidade por manutenção, sinistro, falha mecânica, defeito, acidente ou qualquer circunstância que impeça o uso imediato, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva equivalente, assegurando a continuidade ininterrupta dos serviços.

27.40 O veículo reserva permanecerá em operação até o retorno do veículo original reparado ou até a substituição definitiva por unidade equivalente, conforme determinação da fiscalização contratual.

27.41 O descumprimento dos prazos de substituição ou disponibilização de veículo reserva ensejará desconto proporcional no pagamento mensal, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

27.42 Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, a CONTRATANTE poderá adotar soluções alternativas para continuidade do serviço, considerando-se a locação não realizada para fins de glosa e sanções administrativas.

27.43 Responsabilizar-se pelos custos de troca ou substituição da plotagem dos veículos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal da CONTRATANTE.

27.44 Responsabilizar-se pelos custos de substituição dos equipamentos sonoros e luminosos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal da CONTRATANTE.

27.45 Garantir que todos os veículos permaneçam devidamente segurados durante toda a vigência contratual, com pagamentos anuais e renovações sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

27.46 Realizar o emplacamento de todos os veículos locados e mantê-los com documentação de trânsito regularizada durante toda a execução contratual.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

27.47 Não caberá qualquer ônus à CONTRATANTE em razão da rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor ou fiscal do contrato.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

28.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

28.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

28.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

28.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

28.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado, como fiscal do contrato, e nos termos do Decreto Municipal nº. 683/2018.

28.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

28.8 Fica a contratante responsável por executar os pedidos com antecedência mínima prevista no item 5, gerar e encaminhar nota de empenho a contratada, gerar contrato de prestação dos serviços, e acompanhar, fiscalizar e orientar os serviços a serem executados.

29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

29.1 O acompanhamento da fiscalização e execução do contrato ocorreram conforme estabelece o Decreto Municipal 683/2018 e 4319/2023.

29.1.1 A nomeação dos fiscais se dará conforme Decreto Municipal 683/2018 e 4319/2023,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

e se dará por Portaria ou ato viável do Poder Executivo Municipal.

29.2 A Secretaria Municipal de Segurança fiscalizara obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças e demais insumos, bem como os serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a correção das irregularidades.

29.3 A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

29.4 Nos termos do art. 115, da Lei n.º 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais de Contratos devidamente nomeados por meio de portaria, nos termos do Decreto n.º 683/2018, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento ao contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto.

29.5 Fiscais do Contrato

FISCAL : GCM Ivã Luiz **Bernardi** , Matrícula nº 5319

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz **Neves** Silva Matrícula nº 6049

30. MEDIDAS ACAUTELADORAS

30.1 Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

31. FRAUDE E CORRUPÇÃO

31.1 Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- b) “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1 A participação neste certame implica declaração tácita da licitante de que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, bem como de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista, civil ou familiar que possa caracterizar conflito de interesses com agentes públicos envolvidos na condução da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

32.2 A apresentação da proposta importa em pleno conhecimento, concordância e aceitação, pela licitante, de todas as condições, exigências e obrigações previstas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

32.3 A homologação do certame e a eventual adjudicação não geram direito automático à contratação, ficando a Administração condicionada à conveniência e oportunidade administrativas, à existência de disponibilidade orçamentária e ao interesse público devidamente motivado.

32.4 A Administração poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, assegurados o



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

32.5 Na hipótese de desconexão do Pregoeiro ou do Agente de Contratação com o sistema eletrônico durante a etapa competitiva, o sistema poderá permanecer disponível para recepção de lances, sem prejuízo dos atos regularmente praticados.

32.6 Persistindo a desconexão por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação formal aos participantes, por meio da plataforma eletrônica utilizada no certame.

32.7 A falsidade de qualquer documento apresentado, bem como a inveracidade de declarações ou informações prestadas, ensejará a desclassificação da proposta, a inabilitação da licitante ou, se já celebrado o contrato, sua rescisão, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

32.8 É facultado o Pregoeiro, ao Agente de Contratação, à Comissão de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, promover diligências destinadas a esclarecer, complementar ou sanear a instrução processual, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

32.9 As licitantes intimadas para prestar esclarecimentos, apresentar documentos complementares ou promover saneamentos deverão atender no prazo fixado pela Administração, sob pena de desclassificação, inabilitação ou preclusão do direito correspondente.

32.10 O desatendimento de exigências meramente formais, desde que sanável e que não comprometa a isonomia, a competitividade, a segurança jurídica ou a compreensão da proposta, não implicará afastamento automático da licitante.

32.11 As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que preservados a legalidade, a isonomia, a eficiência, a finalidade pública e a segurança da contratação.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

32.12 As decisões, atos, avisos e comunicações referentes ao presente processo licitatório poderão ser divulgados por meio da plataforma eletrônica oficial, por publicação no Diário Oficial competente, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência do Município ou por outro meio idôneo que assegure ciência aos interessados.

32.13 É de responsabilidade exclusiva da licitante manter atualizados seus dados cadastrais, endereço eletrônico, telefone e demais meios de contato junto aos sistemas utilizados, considerando-se válida a comunicação encaminhada aos registros constantes do cadastro oficial.

32.14 Na contagem dos prazos previstos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e encerrando-se os prazos em dia de expediente normal no âmbito da Administração Pública Municipal, observada a legislação aplicável.

32.15 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios gerais do Direito Administrativo e nas demais normas pertinentes à matéria.

32.16 Fica eleito o Foro da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, para dirimir questões judiciais oriundas deste Edital ou da contratação dele decorrente, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvadas as competências legais inderrogáveis.

32.17 O acompanhamento desta licitação poderá ser realizado por meio dos canais oficiais de divulgação do Município de Paranaguá, da plataforma eletrônica utilizada no certame e do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, onde serão disponibilizados avisos, esclarecimentos, impugnações, resultados e demais informações pertinentes.

Paranaguá, 17 de abril de 2026.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 O objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO MOTOCICLETA, compreendendo:

- a) 15 (quinze) motocicletas tipo Trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e
- b) 05 (cinco) motocicleta tipo TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 cc

Todas devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, sem condutor e sem fornecimento de combustível, em regime de empreitada por preço total por item/lote.

A contratação será realizada por demanda, mediante contrato administrativo, de acordo com os termos, condições e especificações técnicas constantes neste edital e seus anexos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG), observadas as quantidades e requisitos estabelecidos, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTES					
LOTE	Especificação	Unidade mês	Quantidade de veículos.	Valor Unitário por veículo mês	Valor total do lote por 12 meses
1	Locação de Motocicleta TRAIL (uso misto) mínimo de 290cc ou superior	Unidade	15	R\$ 3.337,77	R\$ 600.798,60



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

	ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (conforme termo de referência)				
2	Locação MOTOCICLETA TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 CC; ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (Conforme Termo De Referência)	UNIDADE	05	R\$ 3610,00	R\$ 216.600,00
R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).					

2 JUSTIFICATIVA

2.1 O serviço da Guarda Civil Municipal está mais atuante, inibindo as ações ilícitas e prestando assistência aos munícipes em situações adversas, nas questões de segurança e na fiscalização do trânsito. Com a locação de veículos, estamos evitando os transtornos burocráticos inerentes a manutenção, reparo e seguro. Com o aumento da demanda de serviços e atividades da Guarda Civil Municipal, foi verificado nos últimos anos que a frota da SEMSEG necessita periodicamente de manutenções as quais ocasionam constantes baixas dos veículos, sendo as mesmas deslocadas à Capital para os devidos serviços. A distância ocasiona demora e deficiência no pronto atendimento ao serviço. O suporte de novos veículos locados à frota já existente para a realização de suas tarefas precípuas, dará um avanço significativo à qualidade dos serviços de segurança, junto a comunidade e suprirá as deficiências identificadas.

2.2 As viaturas locadas serão utilizadas pelos seguintes setores:

2.2.1. 15 (quinze) agentes de trânsito* encontram-se escalados na área central da cidade, atuando na fiscalização de trânsito, lavratura de notificações, orientação a condutores e pedestres, bem como no apoio a outros órgãos (Polícia Militar, Conselho Tutelar, Secretarias Municipais, Corpo de Bombeiros, SAMU, entre outros). Além disso, realizam deslocamentos em todos os bairros, atendendo prontamente às chamadas e ocorrências relacionadas à mobilidade urbana e à segurança viária.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

2.2.2. 05 (cinco) agentes do GETAM – Grupo Especial Tático com Apoio Motorizado desempenham funções especializadas e estratégicas, prestando apoio às equipes de trânsito e demais setores da Guarda Civil Municipal. Sua atuação garante resposta rápida em situações emergenciais, maior mobilidade operacional e reforço em pontos críticos e operações específicas no município.

2.3 Objetivo da Contratação

2.3.1. A presente contratação tem por objetivo a locação de motocicletas adaptadas para viaturas da Guarda Civil Municipal, destinadas ao fortalecimento das ações de fiscalização de trânsito, patrulhamento preventivo, apoio a órgãos parceiros e resposta imediata a ocorrências* em todo o território municipal.

2.3.2. As motocicletas contratadas deverão atender às necessidades operacionais da Guarda Civil Municipal, garantindo mobilidade, agilidade e eficiência na execução das atividades, especialmente em áreas de difícil acesso, vias de intenso fluxo e situações emergenciais que demandem deslocamento rápido.

2.3.3. A disponibilização dos veículos visa assegurar melhor desempenho das equipes de trânsito e do GETAM – Grupo Especial Tático com Apoio Motorizado, ampliando a capacidade de cobertura territorial, a segurança da população e a eficiência dos serviços prestados* pela Administração Pública.

2.4 A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista serem objetos de bem comum.

2.5 A aquisição será solicitada de acordo com a necessidade e conveniência. Entende-se, portanto a adoção do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do material ao longo da vigência da ata pelo período de 12 (doze) meses. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

2.5.1 Para adoção do Sistema de Registro de Preços:

- Decreto 4319/2023 art. 290 - Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Preços, nas seguintes hipóteses:

- Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

2.6 O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.

3. PESQUISA DE PREÇOS

3.1 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com a Instrução Normativa Municipal nº 003/2015, 005/2018 e Acórdão 3569/2023.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1.1. A licitação deverá ser julgada pelo menor preço por item/lote.

4.1.2 Os participantes deverão informar em sua proposta a marca e modelo, quando houver, dos produtos cotados.

4.1.3 É obrigatório constar na proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o produto ofertado.

4.1.4 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

4.1.5 A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do produto nos termos do edital e da legislação vigente.

4.2. Modo de disputa



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

O modo de disputa a ser adotado será o aberto e fechado, nos termos do art. 56, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla competitividade, transparência, isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.2.1 Justificativa do modo de disputa aberto e fechado

A adoção do modo de disputa aberto e fechado possibilita a conjugação das vantagens da fase de lances públicos, que estimula a competitividade e a redução de preços, com a apresentação de proposta final sigilosa, que favorece a formulação de ofertas mais equilibradas e condizentes com a realidade de mercado.

Tal modalidade contribui para a mitigação de propostas inexequíveis, promove maior racionalidade econômica, amplia a concorrência e reforça os princípios da eficiência, da economicidade e da isonomia, em consonância com os objetivos previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 Intervalo mínimo entre os lances

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), observado o disposto no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, de modo a preservar a competitividade do certame, evitar disputas excessivamente fracionadas e assegurar a racionalidade do procedimento licitatório.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A locação de veículos observará as especificações técnicas definidas pela Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG), constantes do Termo de Referência, elaboradas com base em estudo técnico preliminar, levantamento de demanda e histórico de contratações anteriores. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza continuada da demanda e da possibilidade de contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade da Administração.

5.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos operacionais e as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.3. A presente contratação observará os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência e economicidade, devendo a contratada cumprir integralmente as obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme os arts. 155 a 163 da referida lei.

5.4. Os documentos que instruem a presente contratação, especialmente o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Edital, estabelecem as diretrizes, critérios e parâmetros necessários à adequada execução contratual, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica ao procedimento

6.Da prestação dos serviços

A prestação dos serviços consistirá na locação de veículos, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, incluindo, obrigatoriamente: seguro total contra roubo, furto, colisão e incêndio; cobertura para danos pessoais aos ocupantes; cobertura para danos materiais e corporais causados a terceiros; disponibilização de veículo reserva, quando necessário; isenção de franquia; e quilometragem livre, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Segurança.

6.1.1 Os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados, com todas as taxas administrativas de emplacamento junto ao DETRAN quitadas, bem como com o seguro obrigatório vigente, e deverão ser apresentados com o tanque de combustível completamente abastecido.

Para a composição e adaptação das unidades veiculares, quando aplicável, deverão ser utilizados exclusivamente materiais, equipamentos e acessórios originais ou equivalentes aos empregados na linha regular de produção do fabricante, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes.

As unidades veiculares deverão ser entregues com placas de identificação no padrão MERCOSUL, devidamente fixadas, estando quitadas todas as taxas e encargos necessários à regular circulação dos veículos, nos termos do art. 131, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

A empresa contratada será responsável pela qualidade, integridade e conformidade dos veículos durante toda a vigência contratual, incluindo o transporte até o local de entrega. Constatada qualquer irregularidade ou desconformidade, caberá à contratada promover a substituição do veículo, nos termos do edital e da legislação vigente.

Os veículos ofertados deverão integrar a linha regular de comercialização do fabricante, sendo comercializados por meio de sua rede oficial de concessionárias, e deverão possuir todas as características, itens e acessórios correspondentes ao modelo apresentado na proposta.

6.2 Dos veículos

Os veículos objeto da contratação, deverão ser fornecidos em perfeito estado de segurança, conservação, limpeza e funcionamento, ficando sujeitos à fiscalização permanente da Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG) ou por servidor por ela designado.

a) Os veículos que, a critério da SEMSEG ou da fiscalização, não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação ou limpeza, bem como aqueles que se tornarem inoperantes ou sofrerem acidentes durante a execução do contrato, deverão ser substituídos pela contratada. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva de características equivalentes, com no máximo 02 (dois) anos de uso. Ultrapassado esse prazo, a contratada deverá repor o veículo por outro que atenda integralmente às especificações originais do contrato, mediante comunicação formal.

b) É expressamente vedada a aplicação de adesivos ou quaisquer elementos gráficos nos veículos, excetuando-se aqueles pertencentes à Prefeitura Municipal de Paranaguá ou à própria contratada, desde que previamente autorizados pelo órgão competente.

c) Os veículos somente poderão ser disponibilizados para uso com a documentação devidamente regularizada. Cópias da documentação obrigatória, incluindo o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), comprovantes de pagamento do IPVA e do seguro obrigatório vigente, deverão ser entregues ao Departamento de Transportes e Oficinas (DTO) para fins de cadastramento, aplicando-se tal exigência também aos veículos reserva.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- d) Todas as despesas relacionadas à operação, à manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo lubrificação, substituição de peças, pneus e reparos decorrentes de desgaste natural ou de acidentes, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.
- e) O fornecimento de combustível para a operação dos veículos será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paranaguá.
- f) Na hipótese de necessidade de encaminhamento dos veículos para manutenção ou reparos em localidade diversa do Município de Paranaguá, as despesas com pedágios correrão por conta da contratada.
- g) Nos casos em que, para manutenção realizada no mesmo dia, o motorista necessitar aguardar a conclusão do serviço por período superior a 03 (três) horas, a contratada será responsável pelo custeio da alimentação do motorista.
- h) A contratada deverá entregar os veículos objeto da locação no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- i) Os veículos disponibilizados deverão atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, encontrando-se em perfeitas condições de uso, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, em conformidade com as normas de trânsito e ambientais vigentes, expedidas pelos órgãos competentes.
- j) A contratada compromete-se a disponibilizar os veículos conforme a marca, o modelo e as especificações técnicas constantes de sua proposta comercial.
- k) A locação dos veículos será realizada nas quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
- l) Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro), ano e modelo 2026 ou superior, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas.
- m) A contratada deverá disponibilizar veículos devidamente licenciados no Estado do



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Paraná.

n) A locação será realizada em regime de quilometragem livre.

o) Os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião em que o abastecimento ficará a cargo da contratada, cabendo os abastecimentos subsequentes à Secretaria Municipal de Segurança.

p) Os veículos serão submetidos a vistoria técnica no momento da entrega e da devolução, devendo constar em Ficha de Vistoria fornecida pela contratada todas as observações relativas ao estado de conservação e funcionamento.

q) A contratada deverá apresentar os veículos na sede da Secretaria Municipal de Segurança, situada à Rua Tocantins, nº 206, Bairro Padre Jackson, Paranaguá/PR, na data e no horário previamente agendados, para início das atividades, considerando a necessidade de vistoria pelos responsáveis das Divisões de Manutenção e Transporte.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA FINANCEIRA

7.1 – Qualificação Técnica

Como condição de habilitação técnica, a empresa interessada deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, os seguintes documentos:

7.1.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou satisfatoriamente serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, admitindo-se a comprovação por meio de contrato de locação de veículos em percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto nesta contratação.

7.1.2 Comprovação de aptidão para execução de serviços equivalentes ao objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou emitidos por conselho profissional competente, quando for o caso.

7.1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7.2 – Qualificação Econômico-Financeira

7.2.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.2.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi judicialmente aprovado, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, além de atender aos demais requisitos de habilitação.

7.2.3 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente, comprovando a boa situação financeira da empresa. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se atualização pelos índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.2.4 – Definição de balanço patrimonial apresentado na forma da lei:

- a) Sociedades por ações: os 2 últimos balanços patrimoniais publicados em órgão oficial de imprensa, ou conforme dispuser a Lei nº 6.404/1976;
- b) Demais sociedades empresariais: os 2 últimos balanços patrimoniais transcritos no “Livro Diário”, assinados pelo contador e pelo representante legal, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos;
- c) Empresas sujeitas à Escrituração Contábil Digital (ECD): apresentação dos 2 últimos balanços patrimoniais, acompanhados dos termos de abertura e encerramento e recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.

7.2.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

7.2.6 Será admissível a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.2.7 A licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7.2.8 No caso de consórcio, o capital social ou patrimônio líquido mínimo deverá ser acrescido de 10% (dez por cento) em relação ao exigido individualmente.

7.2.9 A comprovação do capital social será feita relativamente à data de apresentação da proposta, por meio de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial.

7.2.10 A fixação do percentual de 2% (dois por cento) decorre da análise dos riscos inerentes à inexecução do contrato, considerados o valor global da contratação, o prazo de execução, a duração do contrato e a essencialidade do objeto, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

8. Descrição dos veículos:

LOTE 1

LOTE 1 – LOCAÇÃO DE MOTOCICLETAS ADAPTADAS PARA VIATURA DA GUARDA MUNICIPAL Motocicleta TRAIL (uso misto) mínimo de 290cc ou superior

As motocicletas a serem locadas devem atender integralmente às seguintes especificações técnicas e operacionais:

1. Especificações gerais

Ano/modelo: 2026.

Cilindrada mínima: 250 cc.

Motor: 4 tempos, monocilíndrico, com sistema de lubrificação a cárter úmido.

Potência mínima: 20 CV; torque mínimo: 22 Nm, compatível com operação on-off-road.

Transmissão: manual, com 5 marchas.

Partida: elétrica.

Sistema de alimentação: injeção eletrônica.

Refrigeração: a ar ou arrefecimento a ar.

Tanque de combustível: capacidade mínima de 13 litros, garantindo autonomia adequada para operações contínuas.

Velocidade máxima compatível com operações de segurança, de forma segura e controlável.

Altura do assento: entre 850 e 900 mm, garantindo ergonomia e segurança do condutor.

Distância entre eixos: mínima de 1.400 mm, assegurando estabilidade em trilhas e vias urbanas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Peso máximo em ordem de marcha: mínimo 150 kg, permitindo operação eficiente e manobrabilidade adequada em diferentes terrenos.

2. Suspensão e freios

Suspensão dianteira: telescópica, ajustável se possível.

Suspensão traseira: monoamortecida, ajustável se possível.

Freios: disco duplo na dianteira e disco simples na traseira, com acionamento hidráulico.

3. Pneus e rodas

Pneus: uso mistos, reforçados para uso intenso e terrenos irregulares.

Rodas compatíveis com operação on-off-road, garantindo resistência e estabilidade.

4. Iluminação, sinalização e segurança

Sistema de iluminação completo, incluindo farol, luz de freio, setas e buzina, em conformidade com normas de trânsito.

Adaptadas para uso policial, incluindo suporte para sirene, luzes de sinalização, bagageiro ou baú, protetores de motor e de mão.

5. Documentação

Veículos locados devem ter documentação regularizada, incluindo CRLV, IPVA, DPVAT e demais exigências legais, com placas fixadas no padrão MERCOSUL.

6. Exigência de compatibilidade técnica e operacional

As motocicletas deverão atender a padrões mínimos de robustez, desempenho, durabilidade e confiabilidade, compatíveis com uso como viatura da Guarda Municipal.

Serão desconsideradas motocicletas que não atendam a estes critérios ou que não possuam histórico comprovado de utilização em operações de segurança pública.

Além disso, os veículos deverão:

Pertencer a linha consolidada no mercado nacional, com registro formal de comercialização no país;

Contar com rede de assistência técnica autorizada disponível no Estado do Paraná;

Possuir ampla disponibilidade de peças de reposição originais;

Ter histórico de utilização por órgãos de segurança pública ou setores similares, garantindo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

compatibilidade com operações oficiais e exigências legais.

7. Cor e apresentação

Cor: branca ou azul, conforme padrão da Secretaria Municipal de Segurança.

Materiais, equipamentos e acessórios: idênticos aos utilizados na linha normal de produção do fabricante, com peças originais e homologadas.

8. Condições de entrega e operação

Veículos locados devem ser entregues com tanque cheio, em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

Todos os veículos serão submetidos a vistoria detalhada no momento da entrega e devolução, com registro na “Ficha de Vistoria”.

Quilometragem livre durante o período de locação.

A contratada deverá apresentar os veículos na sede da SEMSEG, Rua Tocantins, nº 206, Bairro Padre Jackson, Paranaguá – PR, na data e horário previamente agendados.

LOTE 2

Lote 2 – locação de motocicletas adaptadas para viatura da guarda municipal 470 cc OU SUPERIOR

As motocicletas a serem locadas devem atender integralmente às seguintes especificações técnicas e operacionais:

1. Motor e desempenho

Motor bicilíndrico paralelo, 4 tempos, DOHC, 8 válvulas, com sistema de arrefecimento líquido.

Cilindrada mínima: 470 cc.

Potência mínima: 49 CV a 8.500 rpm.

Torque mínimo: 4,3 kgfm a 7.000 rpm.

Sistema de alimentação: injeção eletrônica de combustível.

Transmissão: 6 marchas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Embreagem: assistida e deslizante ou sistema equivalente que proporcione segurança e conforto na pilotagem.

Motor homologado junto ao DENATRAN (atual SENATRAN) e atendendo integralmente às normas PROCONVE M5 ou superior.

2. Chassi, suspensão e estabilidade

Chassi tipo diamante em aço ou equivalente, garantindo rigidez, estabilidade e durabilidade operacional.

Suspensão dianteira: garfo telescópico invertido (Upside Down) ou equivalente em desempenho, ajustável se possível.

Suspensão traseira: monoamortecedor com sistema progressivo e ajuste de pré-carga.

3. Freios e segurança

Freios a disco em ambas as rodas, com diâmetro mínimo: dianteiro duplo 295 mm e traseiro simples 240 mm.

Sistema de freios ABS ativo nas duas rodas, de série.

Sistema de controle de tração comutável ou tecnologia equivalente.

Certificação obrigatória do INMETRO ou órgão acreditado para o sistema de segurança veicular.

4. Rodas e pneus

Rodas em liga leve, aro MÍNIMO 17 polegadas.

Pneus tubeless (sem câmara), dianteiro mínimo 120/70-17 e traseiro mínimo 160/60-17.

Pneus reforçados para uso urbano e operacional.

5. Iluminação e sinalização

Sistema de iluminação Full LED (farol, lanterna e indicadores de direção).

Luzes diurnas (DRL) obrigatórias.

Adaptadas para uso policial, incluindo suporte para sirene e luzes de sinalização.

6. Painel de instrumentos e conectividade

Painel digital tipo TFT ou LCD de alta resolução, com velocímetro, conta-giros, hodômetro total e parcial, indicador de combustível, temperatura do motor e relógio.

Conectividade com smartphone desejável, compatível com sistemas amplamente



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

disponíveis no mercado.

7. Dimensões, peso e tanque

Peso máximo em ordem de marcha: 200 kg.

Capacidade mínima do tanque de combustível: 14 litros.

Altura do assento compatível com uso urbano e operacional, máximo de 830 mm.

8. Exigência de compatibilidade técnica e operacional

As motocicletas deverão atender a padrões mínimos de robustez, desempenho, durabilidade e confiabilidade, compatíveis com uso como viatura da Guarda Municipal.

Serão desconsideradas motocicletas que não atendam a estes critérios ou que não possuam histórico comprovado de utilização em operações de segurança pública.

Os veículos deverão:

Pertencer a linha consolidada no mercado nacional;

Contar com rede de assistência técnica autorizada disponível no Estado do Paraná;

Possuir ampla disponibilidade de peças de reposição originais;

Ter histórico de utilização por órgãos de segurança pública ou setores similares, garantindo compatibilidade com operações oficiais e exigências legais.

9. Cor e apresentação

Cor: branca ou azul, conforme padrão da Secretaria Municipal de Segurança.

Materiais, equipamentos e acessórios: idênticos aos utilizados na linha normal de produção do fabricante, com peças originais e homologadas.

10. Condições de entrega e operação

Veículos locados devem ser entregues com tanque cheio, em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

Todos os veículos serão submetidos a vistoria detalhada no momento da entrega e devolução, com registro na "Ficha de Vistoria".

Quilometragem livre durante o período de locação.

A contratada deverá apresentar os veículos na sede da SEMSEG, Rua Tocantins, nº 206, Bairro Padre Jackson, Paranaguá – PR, na data e horário previamente agendados.

ADAPTAÇÃO DAS MOTOCICLETAS PARA VIATURAS – GUARDA MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

As motocicletas locadas deverão ser adaptadas para uso como viaturas da Guarda Municipal, conforme as seguintes especificações técnicas e operacionais:

1. Sinalizadores Visuais

Conjunto de sinalizadores de LED, com alta potência, na cor ou cores padrão da Guarda Municipal, distribuídos da seguinte forma:

2 blocos no guidão para sinalização frontal;

2 blocos nas laterais da base do bauleto;

2 blocos na traseira da base do bauleto.

Cada sinalizador deverá possuir:

Placa eletrônica microprocessada;

4 LEDs do tipo All In Gap, com potência mínima de 1 W e luminosidade mínima de 40 lumens;

Lente colimadora em policarbonato transparente, com 4 lupas para otimização da ação luminosa;

Carcaça em plástico de engenharia na cor preta;

Suporte metálico reforçado pintado com tinta epóxi preta para evitar oxidação.

2. Sinalizador Acústico

Sirene eletrônica com potência mínima de 50 W RMS, emitindo som padrão policial utilizado pela instituição.

Características técnicas:

Driver específico para sirene policial;

Difusor em alumínio pintado com tinta epóxi preta;

Suporte metálico reforçado para fixação no protetor de pernas da moto, também pintado com tinta epóxi preta;

Chave de comando tipo tecla.

3. Chicote Elétrico

Kit de chicote elétrico para sinalizadores, pré-montado para facilitar a instalação.

Composto por cabo automotivo de alta qualidade, conectores especiais e kit fusível.

4. Acessórios Inclusos



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Bauleto com capacidade mínima de 28 litros;
Antena corta-pipas telescópica;
Suporte protetor de pernas (“mata-cachorro”);
Suporte para bastão ou tonfa policial;
Plotagem e identificação visual da motocicleta conforme padrão da Guarda Municipal;
Todos os equipamentos de série exigidos pelo CONTRAN.

5. Instalação e responsabilidade

A empresa vencedora será responsável pela instalação completa dos sinalizadores, suportes e demais acessórios, sem custos adicionais à Guarda Municipal.

A empresa deverá permitir que um ou mais servidores indicados pela SEMSEG acompanhem todo o processo de implementação do veículo. Caso haja necessidade de transporte, estadia ou alimentação dos servidores, estes serão de responsabilidade da empresa contratada.

6. Rádio Comunicador e Antena

A antena original do rádio do veículo não poderá ser removida para instalação da antena da estação móvel de radiocomunicação.

A empresa vencedora deverá consultar a Secretaria Municipal de Segurança para verificar o modelo do rádio utilizado.

Por questões de segurança, apenas a empresa credenciada possui o código para configuração do rádio na frequência oficial. O contato da empresa responsável será fornecido ao vencedor.

7. Chaves Reserva

Todas as chaves-reserva dos veículos deverão permanecer sob os cuidados do CESLOG/SEMSEG durante o período de locação.

Observações Gerais

Todas as adaptações devem garantir segurança, durabilidade e confiabilidade operacional;
Materiais utilizados nos suportes e acessórios devem ser de qualidade comprovada e compatíveis com o uso intenso em viaturas de segurança;

As motocicletas adaptadas devem manter todas as características originais de fábrica, não



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

comprometendo a homologação, segurança ou operação legal dos veículos.

SISTEMA GPS PARA OS LOTES 1 E 2

Os veículos/ viaturas dos itens 1 e 2, fornecido pela contratada, deverão contar com dispositivo de GPS.

ADESIVAÇÃO EXTERNA PARA OS LOTES 01 E 02

1. Aprovação prévia

Antes da execução da adesivação, a empresa contratada deverá apresentar à SEMSEG projeto gráfico detalhado para aprovação prévia.

Somente após aprovação poderá iniciar-se a aplicação dos adesivos e plotagem.

2. Descrição da adesivação

A adesivação consistirá em envelopamento parcial da motocicleta, na cor azul noite fosco, com aplicação de:

Identificação visual;

Brasões da Guarda Civil Municipal;

Faixas refletivas;

Demais elementos exigidos pela SEMSEG.

A arte final será fornecida pela SEMSEG.

Todos os custos da adesivação serão de responsabilidade da empresa contratada.

3. Padrão de cor e material

Cor predominante: Azul Noite Fosco (equivalente ao Pantone 2965 C ou similar automotivo);

Material: Filme adesivo vinílico automotivo tipo cast, acabamento fosco, próprio para superfícies curvas de motocicletas;

Durabilidade mínima: 5 anos contra intempéries, raios UV e lavagens;

Adesivos e faixas refletivas: conforme Resolução CONTRAN nº 970/2022 e ABNT NBR 16141.

4. Itens e elementos gráficos obrigatórios



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Brasão da Guarda Civil Municipal de Paranaguá:

Aplicado nas duas carenagens laterais (tanque ou laterais frontais, conforme melhor proporção);

Tamanho proporcional ao espaço disponível, garantindo visibilidade adequada.

Inscrições obrigatórias "GUARDA CIVIL MUNICIPAL":

Carenagens laterais (abaixo ou próximo ao brasão);

Rabeta traseira;

Parte frontal da motocicleta (carenagem ou para-brisa, em leitura normal).

Faixas refletivas:

Cores: branco e azul claro;

Localização: laterais do tanque/carenagem e parte traseira da motocicleta;

Largura mínima: 5 cm, garantindo visibilidade noturna.

Identificação da viatura (prefixo):

Aplicada na parte frontal (para-brisa ou paralama dianteiro, conforme dimensão da motocicleta);

Aplicada na rabeta traseira;

Aplicada na parte lateral, junto às inscrições.

5. Aplicação e acabamento

A aplicação deve ser contínua, sem bolhas, emendas visíveis ou descolamentos;

O adesivo deve acompanhar contornos e bordas curvas da motocicleta, respeitando a geometria original;

O corte deve ser limpo, preciso, mantendo proporcionalidade, estética e acabamento profissional.

PROJETO VISUAL PRÉVIO: A empresa contratada deverá apresentar, **antes da execução**, layout ilustrado em escala, com vistas frontal, traseira, laterais e superior, respeitando a identidade visual da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, para aprovação prévia da Administração.

GARANTIA E MANUTENÇÃO

- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra desbotamento, descolamento e falhas de aplicação.
- Correção ou reaplicação das partes danificadas dentro do prazo de garantia sem custos adicionais.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

DISPOSIÇÕES GERAIS

O serviço deverá ser executado em local próprio, com estrutura adequada e por profissionais qualificados.

A empresa contratada deverá seguir todas as normas técnicas e legislações vigentes.

ANTES DE OCORRER A PLOTAGEM, DEVERÁ SER APRESENTADO A ESTA SECRETARIA, O PROJETO PARA APROVAÇÃO.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO

.

9.1 A entrega dos veículos deverá ser efetuada na Rua Tocantins nº 206, Padre Jackson, Paranaguá - Paraná no horário das 08h às 11h e das 14:00h às 17h, nos dias úteis, devendo a CONTRATADA, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 (vinte e quatro) horas, MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA através do e-mail: iva.bernardi@paranagua.pr.gov.br;

9.2 Entregar os veículos no prazo de **60 (sessenta) dias corridos** após recebimento da Nota de Empenho.

10. AVALIAÇÃO DO CUSTO.

10.1 O custo total da presente prorrogação de contratação é de **R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)**.

10.2 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

11. DA RENOVAÇÃO DA FROTA

11.1. Nos termos do disposto no art. 57, §1º, da Lei nº 14.133/2021, decorridos 24 (vinte e quatro) meses de utilização das viaturas, em conformidade com eventual aditamento contratual, deverá ser promovida a renovação integral da frota locada, mediante substituição por veículos novos, com zero quilômetro, que atendam rigorosamente às especificações



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

previstas no presente edital e seus anexos, assegurando a continuidade e a eficiência do objeto contratado.

11.2. A CONTRATANTE deverá, em observância ao princípio da boa-fé objetiva (art. 5º, inciso XLI, e art. 6º da Lei nº 14.133/2021), iniciar as tratativas para renovação da frota até o término do 20º (vigésimo) mês de uso dos veículos, quando houver aditamento contratual. A CONTRATADA deverá manifestar formalmente sua anuência quanto ao cumprimento desta obrigação e apresentar cronograma detalhado para a substituição integral da frota até o encerramento do 23º (vigésimo terceiro) mês de uso, conforme previsão contratual.

11.3. Os veículos inicialmente locados permanecerão sob responsabilidade da CONTRATADA até a completa substituição da frota, incluindo a entrega e aceitação formal dos novos veículos pela CONTRATANTE, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade da prestação do serviço sem prejuízo à Administração.

11.4. A inobservância, por parte da CONTRATADA, do prazo estabelecido para a renovação da frota acarretará a impossibilidade de formalização e efetivação de quaisquer aditivos contratuais subsequentes pela CONTRATANTE, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e com as regras de execução contratual previstas na referida legislação.

11.5. Os dispositivos e equipamentos de sinalização, comunicação e rastreamento poderão ser transferidos para os novos veículos, desde que submetidos a processo prévio de manutenção e revitalização, assegurando a plena funcionalidade e conformidade técnica, em atendimento às normas técnicas aplicáveis e às condições pactuadas no contrato.

11.6 Justificativa Técnica sobre a Renovação da Frota

11.6.1 A renovação da frota locada após 24 (vinte e quatro) meses de uso fundamenta-se na necessidade de manter a eficiência, segurança e confiabilidade na prestação dos serviços de segurança pública pela Guarda Civil Municipal. Veículos com uso prolongado apresentam maior risco de falhas mecânicas, perda de desempenho e aumento de custos com manutenção, o que compromete a operacionalidade das atividades e a segurança dos agentes públicos e da população.

11.6.2 Nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 14.133/2021, é permitida a renovação contratual para garantir a continuidade e a eficiência do objeto contratado, desde que respeitados os limites temporais e as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato.

11.6.3 O início das tratativas para renovação até o 20º mês e a apresentação do



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

cronograma até o 23º mês asseguram planejamento adequado e evitam descontinuidade operacional, em consonância com o princípio da boa-fé objetiva (art. 5º, XLI, e art. 6º da Lei nº 14.133/2021), que rege as relações contratuais administrativas.

11.6.4 A permanência dos veículos até a completa substituição da frota, bem como a exigência da substituição integral por veículos novos, visa garantir o padrão de qualidade esperado pela Administração Pública e a segurança dos usuários, conforme art. 78 da mesma lei.

11.6.6 Por fim, a possibilidade de transferência dos equipamentos de sinalização, comunicação, rastreamento e ceta, desde que devidamente revitalizados, permite otimização de recursos sem prejuízo da funcionalidade, obedecendo aos princípios da economicidade e eficiência (art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

11.6.7 Assim, esta cláusula reforça o compromisso da Administração Pública com a excelência na prestação dos serviços públicos, com respeito às normas legais vigentes, garantindo a segurança e a efetividade operacional da Guarda Civil Municipal.

12.DA MANUTENÇÃO

12.1 A contratada responsabilizar-se-á pelo imediato socorro mecânico ou guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste termo de referência.

12.2. A contratada responsabilizar-se-á por realizar a imediata e tempestiva Manutenção Preventiva e Corretiva dos veículos disponibilizados, mantendo os mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as manutenções dos veículos, contadas a partir da notificação formal, feita por um dos representantes da comissão de gestão do contrato, à contratada.

12.3. A Contratada deverá disponibilizar oficinas cadastradas para manutenções preventivas e/ou corretivas na cidade de Paranaguá/PR ou também numa cidade abrangendo um raio de 100 (cem) quilômetros da cidade de Paranaguá/PR.

12.4 Todos os custos relativos às manutenções são de responsabilidade integral da CONTRATADA, independente de eventuais apurações de responsabilidades, e deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

12.5. A contratada deverá disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento do veículo e equipe abordo nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato.

12.6. A contratada deverá realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, bem como sua substituição, quando notificada formalmente por um dos representantes da comissão de gestão do contrato ou quando da necessidade.

12.7. A contratada somente realizará serviços nos veículos locados com a devida autorização de um dos representantes da gestão do contrato, exceto aos casos de revisões preventivas e corretivas. A contratante não se responsabilizará por serviços realizados sem a devida autorização.

12.8. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos de rádio transceptor móvel, sinalizador acústico e visual e demais reparos técnicos e substituições nas estruturas e equipamentos que foram adaptados ou fornecidos junto com o veículo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da comunicação formal.

12.9. A Contratada deverá verificar o balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção, os pneus deverão ser substituídos quando forem danificados, apresentarem riscos ou quando, a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread WearIndicators). Após a comunicação formal de solicitação de substituição de pneus a empresa terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para, vencida este prazo e não tendo a empresa realizada a substituição do pneu, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço, conforme item manutenção preventiva e corretiva da composição de custo

13. GESTÃO DO CONTRATO

13.1 Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, será indicado o servidor estável para o acompanhamento:

FISCAL: GCM Ivã Luiz **Bernardi**, Matrícula nº 5319

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz **Neves** Silva Matrícula nº 6049

13.1.2. A SEMSEG fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças e demais insumos, bem como os



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a correção das irregularidades.

13.1.3. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

13.1.4. Nos termos do art. 115, da Lei n.º 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais de Contratos devidamente nomeados por meio de portaria, nos termos do Decreto n.º 683/2018, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento ao contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Entregar os veículos locados em perfeitas condições de uso, conforme especificações técnicas, prazos e locais estabelecidos no edital e seus anexos.

14.2. Fornecer manual do usuário em língua portuguesa, documentação completa do veículo, chave reserva e todos os acessórios necessários para a utilização adequada dos veículos locados.

14.3. Responder por vícios, defeitos ou danos dos veículos fornecidos, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), incluindo o contato e a resolução junto ao fabricante. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível completo, parâmetro válido para recebimento e devolução.

14.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e com máxima urgência, quaisquer avarias ou defeitos nos veículos, garantindo o pleno cumprimento contratual.

14.5. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, dentro do horário comercial, quaisquer impossibilidades de cumprimento do prazo de entrega, apresentando documentação comprobatória dos motivos alegados.

14.6. Indicar profissional responsável pela execução do contrato, com telefone e e-mail para atendimento emergencial, tais como acionamento de guincho, acidentes ou falhas nos veículos e equipamentos, atualizando essas informações sempre que houver substituição do representante.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

14.7. Disponibilizar veículos com quilometragem livre, devidamente emplacados, caracterizados e em condições operacionais, realizando prioritariamente a manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de óleo, filtros, pneus e demais componentes essenciais.

14.8. Assumir integralmente as despesas decorrentes da manutenção, incluindo desgaste natural, reparos por acidentes, substituição de peças e pneus, lubrificação, entre outros.

14.9. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas relativas à documentação dos veículos, tais como IPVA, licenciamento, seguro obrigatório e encargos trabalhistas de seus funcionários.

14.10. Substituir imediatamente veículos sinistrados com perda total por outros com características equivalentes às especificadas no processo licitatório, mediante autorização do fiscal do contrato, garantindo a continuidade da execução do objeto contratado, conforme:

14.10.1. Prazo máximo de substituição: 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação formal emitida pela Secretaria Municipal de Segurança;

14.10.2. Pagamentos somente após a entrega efetiva dos veículos substitutos;

14.10.3. Manutenção dos pagamentos caso a contratada disponibilize veículos reserva durante o período de substituição, até a entrega definitiva das novas viaturas.

14.11. Substituir ou reparar com máxima urgência veículos sinistrados parcialmente que impeçam sua utilização, realizando substituição imediata caso a manutenção não seja possível no momento, podendo ser utilizado veículo reserva.

14.12. Aceitar desconto proporcional no valor pago pela CONTRATANTE pelos dias em que houver indisponibilidade de veículos sem substituição imediata.

14.13. Contratar serviço de guincho para transporte dos veículos para manutenções, revisões ou demais necessidades, incluindo a devolução, podendo realizar o transporte diretamente.

14.14. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, dispensar a obrigatoriedade do uso de guincho, desde que as manutenções e revisões sejam realizadas no município de Paranaguá e mediante acordo prévio com o fiscal do contrato.

14.15. Restringir o uso dos veículos caracterizados exclusivamente a servidores da Guarda Civil Municipal, exceto para testes, que deverão ser realizados em local privado e afastado do público.

14.16. Garantir que todos os veículos retornem das manutenções devidamente limpos, higienizados e prontos para uso imediato.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

14.17. Contratar seguro total para todos os veículos locados, contemplando cobertura contra furto, roubo, incêndio, enchente, colisão, danos a terceiros (materiais, corporais e morais), acidentes pessoais de passageiros (APP), com assistência 24 horas, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.18. Providenciar socorro mecânico, remoção ou guinchamento dos veículos em até 01 (uma) hora após comunicação oficial da Secretaria Municipal de Segurança.

14.19. Arcar integralmente com os custos financeiros do seguro e demais taxas relacionadas.

14.20. Fornecer todos os itens obrigatórios pelo Código de Trânsito Brasileiro, tais como pneus estepe, triângulo, macaco, entre outros.

14.21. Enviar à Secretaria Municipal de Segurança Pública as notificações de autuação para identificação do condutor com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência do prazo legal para indicação, sob pena de arcar com multas decorrentes da não indicação, conforme Resolução nº 151 do CONTRAN.

14.22. Encaminhar notificações de penalidades e comprovantes de pagamento à Secretaria com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do vencimento, garantindo direito a descontos e recursos administrativos.

14.23. Enviar toda documentação comprobatória das despesas para ressarcimento à Secretaria Municipal, incluindo fotos, relatórios e notas fiscais. Serão de responsabilidade da CONTRATANTE apenas as avarias causadas exclusivamente pelo condutor, multas de trânsito e franquias de seguro.

14.24. Responsabilizar-se integralmente pela integridade das vítimas e seus empregados em caso de acidente, conforme Decreto nº 61.784/67.

14.25. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, comprovantes de recolhimento do IPVA, isenção de multas e apólice de seguro vigente.

14.26. Responsabilizar-se pelos serviços de borracharia de pequeno porte, substituição de pneus, troca de óleo, filtros e fluido de freios.

14.27. A CONTRATANTE assumirá responsabilidade por multas e infrações cometidas pelos seus servidores durante o uso dos veículos.

14.28. Entregar os veículos com documentação de trânsito regularizada e cópia autenticada da apólice de seguro.

14.29. Assumir integralmente a manutenção preventiva e corretiva, conforme plano de manutenção do fabricante e normas técnicas vigentes.

14.30. Considerar como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, as



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

trocas periódicas de óleo (motor, câmbio), fluido de freio, aditivo de radiador, pastilhas, correias, filtros, amortecedores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.

14.31. Efetuar lavagem completa dos veículos após cada manutenção.

14.33. Substituir pneus que apresentem desgaste excessivo, considerando limite mínimo de sulcos de 3 mm (TWI).

14.34. Poderá executar serviços em oficinas de sua escolha, desde que localizadas em Paranaguá.

14.35. Substituir veículos indisponíveis por motivos de sinistro, manutenção ou segurança em até 72 (setenta e duas) horas.

14.36. Realizar substituições preferencialmente nas dependências da Secretaria Municipal de Segurança, salvo autorização expressa para local diverso.

14.37. Caso a substituição não ocorra no prazo, a CONTRATANTE poderá adotar soluções alternativas, considerando a locação não realizada, sujeita às penalidades previstas em contrato.

14.38. Arcar com o pagamento de multas decorrentes da condução dos veículos e solicitar ressarcimento junto à Secretaria.

14.39. Encaminhar notificações de órgãos de trânsito à Secretaria em até 2 (dois) dias úteis para assegurar direito a recursos.

14.40. Assumir integral responsabilidade por multas, taxas e despesas decorrentes de infrações não notificadas à Secretaria no prazo estipulado.

14.41. Não caberá qualquer ônus à CONTRATANTE por rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor do contrato.

14.42. Responsabilizar-se pelos custos de troca ou substituição da plotagem dos veículos em até 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal da CONTRATANTE.

14.43. Responsabilizar-se pelos custos de substituição dos equipamentos sonoros e luminosos em até 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal.

14.44. Garantir que todos os veículos estejam devidamente segurados, com os pagamentos realizados anualmente pela CONTRATADA.

14.45. Realizar o emplacamento de todos os veículos locados.

14.46. Responsabilizar-se pelo imediato socorro mecânico ou guincho, manutenção preventiva e corretiva, considerando manutenção preventiva aquela prevista no manual do fabricante, e corretiva aquela destinada a reparos eventuais, assumindo quaisquer despesas decorrentes da execução do objeto deste termo de referência.

14.47. Realizar manutenção tempestiva dos veículos, atendendo ao prazo máximo de 24



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

(vinte e quatro) horas a partir da notificação formal da comissão de gestão do contrato.

14.48. Disponibilizar oficinas cadastradas para manutenções preventivas e corretivas na cidade de Paranaguá/PR ou em municípios num raio de até 100 (cem) km de Paranaguá/PR.

14.49. Disponibilizar serviço de socorro 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, para atendimento imediato em casos de defeitos ou acidentes.

14.50. Realizar serviços de manutenção e substituição mediante autorização formal da comissão de gestão do contrato, exceto para revisões preventivas e corretivas previstas.

14.51. Responder integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos embarcados, tais como rádio transceptor móvel, sinalizadores acústicos e visuais, com prazo máximo de atendimento de 24 (vinte e quatro) horas após comunicação formal.

14.52. Verificar balanceamento e alinhamento das rodas/pneus, substituindo pneus danificados, com riscos ou sulcos inferiores a 3 mm (identificados pela TWI). A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal, sob pena de aplicação de penalidades contratuais.

14.53 Os veículos que não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação e limpeza, a critério da SEMSEG ou da fiscalização, ou que estiverem inoperantes ou sofrerem acidentes durante a prestação do serviço, deverão ser substituídos pela contratada. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva similar, com no máximo 02 (dois) anos de uso. Após esse período, a contratada deverá repor o veículo com outro que atenda integralmente às especificações originais do contrato, mediante comunicação formal por e-mail.

14.54. Sempre que houver indisponibilidade de veículo por motivo de manutenção preventiva ou corretiva, sinistro, falha mecânica, defeito, acidente, problemas de segurança ou qualquer outra circunstância que impeça o uso imediato, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, veículo reserva em perfeitas condições de uso, com as mesmas características técnicas, de segurança e desempenho do veículo substituído, garantindo a continuidade ininterrupta da prestação dos serviços.

14.55. O veículo reserva deverá permanecer em utilização até a devolução do veículo original reparado ou até a substituição definitiva por veículo equivalente às especificações contratuais, conforme determinação da fiscalização do contrato.

14.56. O descumprimento do prazo estipulado para disponibilização do veículo reserva ensejará desconto proporcional no pagamento mensal da locação, sem prejuízo da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

15.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

15.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

15.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.

15.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

16. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, **devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal**, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. **É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.** Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, **todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

16.2 A SEMSEG reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os itens fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

16.3 O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

16.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

17 GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Fornecedor que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.2.1 Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei;

18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

13.2.4. Multa:

18.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

18.2.4.2. compensatória de 30% (trinta) por cento sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

18.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º)

18.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo e 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

18.8. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

18.9. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

19. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

19.1.1 O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do envio da proposta comercial, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato, índice IPCA NACIONAL

19.1.1.2 A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

19.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

19.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

19.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

19.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

19.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).

19.7. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

19.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

19.8.1 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar.

19.9 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito deverá ser processado e analisado pela Secretaria de Fiscalização dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do §2º, do art. 47 da Lei Complementar Municipal 192/2016.

19.10 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

- I - o evento seja futuro e incerto;
- II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;
- III - o evento não ocorra por culpa da contratada;
- IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- V - a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;
- VI - haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;
- VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

19.11. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.

19.12. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

19.13. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

19.14. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

20.1 Para o atendimento da despesa proveniente deste processo são indicadas as seguintes dotações orçamentárias

20.03.2202.33.90.33 – FONTE: 1.509.

20.0.2202.33.90.33 – FONTE: 1.000

Paranaguá, 17 de abril de 2026.

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Identificação da Demanda

Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Segurança – SEMSEG

Área Requisitante: Comando da Guarda Civil Municipal de Paranaguá

Responsável pela Demanda: Ivã Luiz Bernardi -Coordenador de Logística da Guarda Civil Municipal

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de motocicletas, sendo:

- a) 15 (quinze) motocicletas Trail (uso misto), com cilindrada mínima de 290 cc ou superior;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

b) 05 (cinco) motocicletas tipo Naked (Streetfighter), com cilindrada mínima de 470 cc; Todas devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal, conforme padrões técnicos e identidade visual do órgão, para uso operacional pelo período de 12 (doze) meses.

2. Estudo do Objeto / Serviço

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade administrativa de disponibilização de motocicletas adaptadas para uso operacional da Guarda Civil Municipal, com vistas a identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às demandas de patrulhamento, apoio tático e fiscalização no Município de Paranaguá.

A necessidade decorre da ampliação do efetivo da corporação e do aumento das demandas de segurança pública nos bairros e regiões periféricas. Parte significativa da frota atual encontra-se com elevado índice de desgaste mecânico e restrita disponibilidade operacional, gerando atrasos, custos excessivos de manutenção e comprometendo a eficiência do serviço.

A solução proposta é a locação de motocicletas novas, zero quilômetro, adaptadas e padronizadas como viaturas, incluindo os seguintes itens mínimos obrigatórios:

Plotagem padronizada na cor azul noite fosco, com brasões da Prefeitura de Paranaguá e da Guarda Civil Municipal, e faixas quadriculadas brancas nas laterais, conforme identidade visual oficial;

Sinalizadores visuais e acústicos (giroflex e sirene) conforme normas do CONTRAN;

Chicote elétrico dedicado para acionamento independente dos sistemas de emergência;

Acessórios operacionais: bauleto 28L, antena corta-pipas telescópica, suporte de proteção de pernas (mata-cachorro), suporte para bastão tonfa policial e demais equipamentos padrão de viatura;

Seguro total e manutenção preventiva/corretiva integral, incluindo substituição imediata de veículo em caso de falha.

A contratação deverá atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e planejamento, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3. Justificativa da Contratação



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

A presente contratação visa garantir a continuidade e a eficiência das ações da Secretaria Municipal de Segurança, assegurando meios logísticos adequados ao exercício das funções constitucionais da Guarda Civil Municipal.

Atualmente, a frota disponível não atende às necessidades operacionais do efetivo, apresentando limitações de quantidade, desgaste elevado e alto custo de manutenção.

Diante disso, a locação de motocicletas adaptadas apresenta-se como solução mais econômica, eficiente e flexível, permitindo:

- a) Maior disponibilidade e padronização da frota;
- b) Redução de custos com manutenção, seguro, IPVA e depreciação;
- c) Rapidez na reposição de veículos em caso de falhas;
- d) Garantia de operação ininterrupta e segura das atividades de patrulhamento.

A contratação está fundamentada nos arts. 11, 18 e 74 da Lei nº 14.133/2021, que determinam a busca da proposta mais vantajosa, o planejamento prévio das contratações e a demonstração de necessidade e vantajosidade do objeto.

4. Descrição da Solução

A solução mais adequada é a locação de motocicletas novas, adaptadas e caracterizadas como viaturas, com fornecimento de manutenção integral, substituição imediata em caso de pane e cobertura securitária total.

Resultados Esperados

- a) Eficácia: atendimento integral às demandas de patrulhamento, fiscalização e pronto apoio;
- b) Eficiência: redução de custos operacionais e aumento da disponibilidade de frota;
- c) Economicidade: melhor relação custo-benefício, com eliminação de despesas fixas de manutenção e licenciamento;
- d) Sustentabilidade: utilização de veículos modernos, com menor emissão de poluentes e melhor desempenho energético.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE E VALORES

5.1 O quantitativo disposto foi estimado com base nos serviços que serão prestados pelo período de 12 meses.

5.2 A estimativa de valor para esta licitação foi baseada em cotações, conforme demonstrativo de preço anexado ao processo:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6. Levantamento de Mercado

Conforme o art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento junto a órgãos públicos e empresas especializadas para identificar soluções equivalentes e práticas de mercado.

A modalidade de contratação mais recorrente é o Pregão Eletrônico, tipo menor preço, com Sistema de Registro de Preços, por se tratar de serviço comum, de execução contínua e com especificações objetivas.

Foram analisadas contratações similares:

Banco de Preços – Prefeitura Municipal de Mauá

Contrato Prefeitura Municipal de Contagem

Contrato Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

Banco de Preços Prefeitura Municipal de Jales

Banco de Preços Prefeitura Municipal de Cabedelo

Banco de Preços Prefeitura Municipal de Joinville

Conclui-se que a locação é a alternativa de melhor custo-benefício e adequada ao contexto operacional da Guarda Civil Municipal.

LOTES					
LOTE/ TEM	Especificação	Unidade mês	Quantidade de veículos.	Valor Unitário por veículo mês	Valor total do lote por 12 meses
1	Locação de Motocicleta TRAIL (uso misto) mínimo de 290cc ou superior ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (conforme termo de referência)	Unidade	15	R\$ 3.337,77	R\$ 3.337,77
2	Locação MOTOCICLETA TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 CC; ADAPTADOS PARA VIATURA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (Conforme Termo De Referência)	UNIDADE	05	R\$ 3610,00	R\$ 216.600,00
R\$ 817.398,60 (Oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).					

7. Compatibilidade com o Planejamento e o PCA



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), conforme art. 12 do Decreto Federal nº 10.947/2022, e possui previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA).

8. Providências Prévias à Contratação

A contratada deverá incluir, em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas, inclusive adaptações, seguros, manutenções, transporte, licenciamento e impostos, garantindo a entrega integral dos serviços descritos no Termo de Referência.

9. Fundamentação Técnica para a Escolha pela Locação

A decisão pela locação de motocicletas adaptadas para uso da Guarda Civil Municipal de Paranaguá fundamenta-se em análise técnica comparativa entre as alternativas disponíveis no mercado — aquisição e locação — considerando aspectos econômicos, operacionais e estratégicos.

A aquisição direta de 20 (vinte) motocicletas, devidamente adaptadas para uso operacional, representaria um custo inicial estimado de aproximadamente R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais), acrescido de despesas anuais médias de cerca de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) referentes a IPVA, licenciamento, seguro, manutenção preventiva e corretiva, substituição de pneus e demais custos decorrentes da depreciação natural e dos efeitos da maresia característica da região litorânea de Paranaguá, que acelera o desgaste e a corrosão dos componentes mecânicos e estruturais.

Por outro lado, a locação de 20 (vinte) motocicletas já adaptadas, com manutenção integral, seguro total, substituição de pneus, adesivação e fornecimento de veículos reserva em caso de falhas, apresenta custo anual estimado de aproximadamente R\$ 327.000,00 (trezentos e vinte e sete mil reais). Essa modalidade elimina despesas adicionais com manutenção, impostos e depreciação, garantindo maior previsibilidade orçamentária e disponibilidade operacional imediata.

Além da expressiva vantajosidade econômica, a locação proporciona benefícios relevantes à Administração, como:

- a) Maior disponibilidade operacional, com fornecimento de veículos reserva em caso de manutenção corretiva;
- b) Padronização da frota, assegurando uniformidade visual e técnica das viaturas utilizadas pela corporação;
- c) Redução de riscos orçamentários e administrativos, visto que eventuais despesas imprevisíveis de manutenção são integralmente absorvidas pela contratada;
- d) Aprimoramento da eficiência e previsibilidade financeira, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de segurança pública sem interrupções.

A opção pela locação, portanto, revela-se mais econômica, eficiente e segura, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão responsável dos recursos públicos, previstos na legislação vigente.

A fundamentação legal encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

Artigo 11, que estabelece a busca pela proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

Artigo 18, que determina a elaboração do Estudo Técnico Preliminar como instrumento de planejamento e justificativa da contratação;

Artigo 74, que exige a demonstração da necessidade e da vantajosidade da contratação;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Artigo 67, §1º, inciso II, alínea “a”, que trata da qualificação técnica limitada a até 50% do objeto licitado;

Além disso, a presente fundamentação observa a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), notadamente os Acórdãos nº 325/2007-Plenário e nº 2622/2013-Plenário, que reforçam os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade nas exigências de habilitação e na demonstração da vantajosidade das contratações públicas.

Dessa forma, a locação de motocicletas adaptadas representa a alternativa mais adequada, econômica e operacionalmente eficiente para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de segurança prestados à população.

10. Qualificação Técnica Exigida

A empresa licitante deverá comprovar:

Capacidade técnico-operacional por meio de atestado de execução de serviços de locação de veículos similares, em pelo menos 50% do quantitativo licitado;

Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando bom desempenho no fornecimento;

Justifica-se o percentual de 50% pela complexidade do objeto, a necessidade de estrutura logística robusta e o risco operacional direto sobre a segurança pública municipal.

11. Sustentabilidade e Impactos Ambientais

A empresa contratada deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme a Instrução Normativa nº 01/2010 (MPOG), priorizando:

Veículos com menor emissão de poluentes;

Manutenção adequada para eficiência energética;

Descarte ambientalmente correto de pneus e lubrificantes.

12. Conclusão sobre a Viabilidade da Contratação

Considerando: a necessidade operacional da Guarda Civil Municipal;

a vantajosidade econômica e técnica da locação frente à aquisição;

a existência de previsão orçamentária e planejamento prévio;

e a observância integral aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021,

Conclui-se que a contratação é plenamente viável, legal e vantajosa, representando a melhor solução para atender ao interesse público, com eficiência, economicidade e continuidade do serviço essencial de segurança pública.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº025/2026

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses prorrogável por igual período



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Aos dias de do ano de 2022, a **Prefeitura do Município de Paranaguá-PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal _____ Senhor(a), institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇOS** para a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO MOTOCICLETA**”, compreendendo:

- 15 (quinze) motocicletas tipo Trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e
- 05 (cinco) motocicleta tipo TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 CC , todas devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal, pelo período de 12 (doze) meses demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I). PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, processado nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021; da Lei nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; dos Decretos nº 4319/2023, 683/2018 e demais normas legais aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA:	
CNPJ:	FONE/FAX:
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
CPF Nº:	RG Nº:
E-MAIL:	

Item	Descrição dos Materiais	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, podendo ser prorrogada e renovadas suas quantidades nos moldes do Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021. As especificações técnicas,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026 integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto no §5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. O órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços – SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso o agente de contratação / pregoeiro a Secretaria Municipal de Segurança.

3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.

4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela.

4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.2.1 Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4 O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento signatário da ata.

4.5 Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

condições estabelecidas no edital; e

4.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

4.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

4.10 Demais condições constam nas disposições editalícias.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança

CADASTRO RESERVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº025/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº
10060/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026

1. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS NAS MESMAS CONDIÇÕES E PREÇOS DO ADJUDICATÁRIO DO CERTAME.

1.1 Seguindo a Ordem de Classificação, segue a relação de Licitantes que aceitaram cotar o objeto nas mesmas condições e preço do vencedor do certame (§ 5º, inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e § 4º do art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023).



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Ordem de Classificação	Razão Social e CNPJ do Licitante	Item do Termo de Referência	Especificação	Marc a / modelo	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Prazo Garantia ou Validade

2. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL

2.1 Seguindo a ordem de classificação, segue a relação de Licitantes que mantiveram sua proposta original (§ 5º, inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e § 7º do art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023).

Ordem de Classificação	Razão Social e CNPJ do Licitante	Item do Termo de Referência	Especificação	Marc a / modelo	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Prazo Garantia ou Validade

Paranaguá, ____ de _____ de 2026.

ANEXO IV

MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO 10060/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA _____.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de Segurança, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal nos termos do Decreto Municipal _____ Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr.(a). _____ (CI. RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, Decreto 4319/2023, LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 90022/2026 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

a) Edital de Pregão Eletrônico 90022/2026.

b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1 O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO MOTOCICLETA**, compreendendo:

- 15 (quinze) motocicletas tipo Trail (uso misto), cilindrada mínima de 290 cc, e
- 05 (cinco) motocicleta tipo TRAIL NAKED (STREETFIGHTER), CILINDRADA MÍNIMA DE 470 cc, todas devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal, pelo período de 12 (doze) meses PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA O VIÁRIA, O presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Secretaria Municipal de Segurança nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 90022/2026

1.2 . Os quantitativos serão solicitados à medida da necessidade, por parte da Administração, com previsão de ____ a ____ entregas ao longo do período de vigência do contrato, não sendo contabilizadas aquelas decorrentes de devolução do produto.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº xxx/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:~

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

20.02.2201.339030 – VINCULO: 1000.

20.03.2202.339030 – VINCULO: 1509.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos após a respectiva publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que haja interesse da Administração, vantajosidade devidamente demonstrada e observados os requisitos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 A prorrogação contratual dependerá de prévia justificativa técnica e administrativa,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada, existência de dotação orçamentária, manifestação favorável da fiscalização do contrato e formalização por meio de termo aditivo celebrado antes do término da vigência contratual.

3.3 Constituem requisitos para eventual prorrogação, observados de forma cumulativa, quando aplicáveis:

- I – prestação regular e satisfatória dos serviços contratados;
- II – permanência da necessidade administrativa quanto à continuidade da contratação;
- III – demonstração de que os preços e condições contratadas permanecem vantajosos para a Administração;
- IV – realização de pesquisa de mercado ou outro instrumento idôneo que comprove a vantajosidade econômica da manutenção do ajuste;
- V – inexistência de sanções impeditivas ou descumprimentos contratuais relevantes por parte da contratada;
- VI – concordância expressa da contratada quanto à prorrogação, quando exigível;
- VII – autorização formal da autoridade competente.

3.4 Caso a contratada não possua interesse na prorrogação, deverá manifestar-se formalmente com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, para que a Administração adote, em tempo hábil, as providências necessárias à continuidade do serviço público.

3.5 A ausência de manifestação da Administração ou da formalização do respectivo termo aditivo até o encerramento da vigência contratual não implicará prorrogação automática do ajuste.

3.6 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, nas disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como nos princípios gerais do Direito e dos contratos administrativos.

CLÁUSULA QUARTA – – . DA EXECUÇÃO

4.1 Compreende a presente contratação a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Municipal de Segurança (SEMSEG), sem condutor e sem fornecimento de combustível, em regime de empreitada por preço total por item/lote, pelo período de 12 (doze) meses, contemplando:

- I – 15 (quinze) motocicletas tipo Trail (uso misto), com cilindrada mínima de 290 cc;
- II – 05 (cinco) motocicletas tipo Trail Naked (Streetfighter), com cilindrada mínima de 470 cc;
- III – todas as unidades devidamente adaptadas e caracterizadas como viaturas da Guarda Civil Municipal.

4.2 A contratação será executada sob demanda, mediante formalização de contrato administrativo, observadas as condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências constantes neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

4.3 A prestação dos serviços será realizada em regime de quilometragem livre, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, compreendendo, obrigatoriamente, seguro total contra roubo, furto, colisão e incêndio, cobertura para danos pessoais aos ocupantes, cobertura para danos materiais e corporais causados a terceiros, disponibilização de veículo reserva quando necessário, isenção de franquia e todos os encargos indispensáveis à perfeita execução contratual.

4.4 Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, na sede da Secretaria Municipal de Segurança, situada à Rua Tocantins, nº 206, Bairro Padre Jackson, Paranaguá/PR, em data e horário previamente agendados, para realização de vistoria técnica e início das atividades.

4.5 As unidades deverão ser novas (zero quilômetro), ano/modelo 2026 ou superior, integrantes da linha regular de comercialização do fabricante, comercializadas por rede oficial de concessionárias e em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação, limpeza e trafegabilidade, atendendo integralmente às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial da contratada.

4.6 Os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados e licenciados no Estado do Paraná, com placas no padrão MERCOSUL regularmente fixadas, com todas as taxas, tributos e encargos quitados, inclusive junto ao DETRAN, bem como acompanhados da documentação obrigatória, especialmente Certificado de Registro e Licenciamento de



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Veículo (CRLV), comprovantes de quitação do IPVA e seguro obrigatório vigente, devendo cópias ser encaminhadas ao Departamento de Transportes e Oficinas (DTO), inclusive no caso de veículos reserva.

4.7 Os veículos deverão ser apresentados com o tanque de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião em que o abastecimento correrá por conta da contratada, cabendo os abastecimentos subsequentes à Prefeitura Municipal de Paranaguá, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança.

4.8 Para a montagem, adaptação e caracterização das unidades veiculares, quando aplicável, deverão ser utilizados exclusivamente materiais, equipamentos e acessórios originais ou equivalentes aos empregados na linha regular de produção do fabricante, observadas as normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.

4.9 A contratada será integralmente responsável pela qualidade, integridade, conformidade e transporte dos veículos até o local de entrega, bem como por todas as despesas relativas à operação, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, substituição de peças, pneus e reparos decorrentes de desgaste natural ou acidentes.

4.10 Na hipótese de necessidade de encaminhamento dos veículos para manutenção ou reparos em município diverso de Paranaguá, as despesas com pedágios correrão exclusivamente por conta da contratada.

4.11 Os veículos permanecerão sujeitos à fiscalização permanente da Secretaria Municipal de Segurança ou de servidor formalmente designado, podendo ser recusados aqueles que não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação, limpeza ou funcionamento.

4.12 Constatada irregularidade, inoperância ou ocorrência de sinistro, a contratada deverá promover a substituição do veículo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva de características equivalentes e com no máximo 02 (dois) anos de uso, sob pena de substituição imediata por outro que atenda integralmente às especificações originais do contrato.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.13 Nos casos em que, para manutenção realizada no mesmo dia, o motorista necessitar aguardar a conclusão do serviço por período superior a 03 (três) horas, caberá à contratada o custeio da alimentação correspondente.

4.14 É vedada a aplicação de adesivos, pinturas ou quaisquer elementos gráficos nos veículos, ressalvados aqueles pertencentes à Prefeitura Municipal de Paranaguá ou à própria contratada, desde que previamente autorizados pelo órgão competente.

4.15 Os veículos serão submetidos à vistoria técnica no ato da entrega e da devolução, mediante preenchimento de Ficha de Vistoria fornecida pela contratada, na qual deverão constar todas as observações relativas ao estado de conservação, funcionamento e eventuais avarias constatadas.

4.16 O recebimento dos serviços será realizado provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, para avaliação da comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Segurança. Caso os veículos sejam rejeitados, a contratada ficará obrigada a efetuar a substituição, nas mesmas especificações e quantidades, sem ônus à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.17 Caso os serviços de locação apresentem alterações que impliquem perda de qualidade durante a vigência contratual, a contratada ficará obrigada a promover a substituição correspondente, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.18 Os veículos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência.

4.19 A contratada fica ciente de que eventuais divergências entre as informações apresentadas e as características reais dos veículos implicarão a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, sendo a não substituição pelo veículo adequado considerada recusa de entrega.

4.20 O recebimento provisório e definitivo dos veículos dar-se-á nos termos da legislação aplicável e da regulamentação municipal vigente, podendo o objeto ser recusado



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

integralmente caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, anexos ou proposta vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

5.1.1. A Secretaria Municipal reservam-se o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

5.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

5.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

5.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei.

5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.5. A Prefeitura do Município de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.1 Entregar os veículos locados em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação e limpeza, em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais estabelecidos no Edital, Termo de Referência e anexos.

6.2 Fornecer, no ato da entrega, manual do usuário em língua portuguesa, documentação completa do veículo, chave reserva e todos os acessórios necessários à adequada utilização das unidades locadas.

6.3 Responder integralmente por vícios, defeitos ou danos dos veículos fornecidos, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), inclusive promovendo tratativas junto ao fabricante ou rede autorizada, quando necessário.

6.4 Entregar os veículos com o tanque de combustível totalmente abastecido, parâmetro que servirá de referência para o recebimento e a devolução das unidades.

6.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e com máxima urgência, quaisquer avarias, defeitos mecânicos, elétricos, estruturais ou operacionais constatados nos veículos, garantindo a continuidade e a regular execução contratual.

6.6 Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impossibilidade de cumprimento de prazo contratual, apresentando documentação comprobatória dos motivos alegados.

6.7 Indicar preposto responsável pela execução contratual, com telefone e e-mail para atendimento emergencial, inclusive para acionamento de guincho, acidentes, panes, falhas dos veículos e equipamentos embarcados, mantendo tais informações permanentemente atualizadas.

6.8 Disponibilizar veículos em regime de quilometragem livre, devidamente emplacados, caracterizados e em plenas condições operacionais.

6.9 Realizar, de forma contínua e prioritária, a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, abrangendo troca de óleo, filtros, pneus, alinhamento, balanceamento e demais



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

componentes essenciais ao funcionamento seguro da frota.

6.10 Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da manutenção, inclusive desgaste natural, reparos por acidentes, substituição de peças e pneus, lubrificação, borracharia, fluidos e demais insumos necessários.

6.11 Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas relativas à documentação dos veículos, inclusive IPVA, licenciamento, seguro obrigatório, emplacamento, taxas administrativas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a execução contratual.

6.12 Substituir os veículos sinistrados com perda total por outros de características equivalentes às especificadas na contratação, mediante ciência da fiscalização, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação formal.

6.13 Os pagamentos referentes aos veículos substituídos somente serão devidos após a efetiva entrega das novas unidades, ressalvada a hipótese de disponibilização de veículo reserva durante o período de substituição.

6.14 Substituir ou reparar, com máxima urgência, veículos parcialmente sinistrados que impeçam sua utilização, mediante disponibilização imediata de veículo reserva sempre que o reparo não puder ser concluído prontamente.

6.15 Aceitar desconto proporcional no valor mensal da locação pelos dias em que houver indisponibilidade de veículo sem substituição imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.16 Contratar e disponibilizar serviço de guincho para transporte dos veículos destinados a manutenções, revisões, remoções ou demais necessidades operacionais, inclusive devolução, podendo realizar o transporte por meios próprios.

6.17 A CONTRATANTE poderá dispensar o uso de guincho quando as manutenções e revisões ocorrerem no Município de Paranaguá/PR, mediante prévia anuência da fiscalização do contrato.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.18 Restringir a utilização dos veículos caracterizados exclusivamente a servidores autorizados da Guarda Civil Municipal, ressalvados testes técnicos, que deverão ocorrer em local seguro e adequado.

6.19 Garantir que todos os veículos retornem das manutenções devidamente limpos, higienizados e prontos para uso imediato.

6.20 Contratar e manter seguro total para todos os veículos locados, contemplando, no mínimo, cobertura contra furto, roubo, incêndio, enchente, colisão, danos materiais, corporais e morais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros (APP) e assistência 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

6.21 Arcar integralmente com os custos financeiros do seguro, franquias de sua responsabilidade e demais taxas correlatas.

6.22 Providenciar socorro mecânico, remoção ou guinchamento no prazo máximo de 01 (uma) hora após comunicação oficial da Secretaria Municipal de Segurança.

6.23 Fornecer todos os equipamentos e itens obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas complementares.

6.24 Encaminhar à CONTRATANTE as notificações de autuação com antecedência suficiente para indicação de condutor dentro do prazo legal, preferencialmente com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, sob pena de assumir os encargos decorrentes da perda do prazo quando lhe imputável.

6.25 Encaminhar notificações de penalidade e comprovantes de pagamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do vencimento, resguardando o exercício do direito a descontos e recursos administrativos.

6.26 Encaminhar toda a documentação comprobatória de despesas para eventual ressarcimento, inclusive relatórios, registros fotográficos e notas fiscais.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.27 Serão de responsabilidade da CONTRATANTE apenas as avarias comprovadamente causadas por seus condutores, multas de trânsito regularmente notificadas e demais encargos que lhe sejam atribuídos por ato próprio.

6.28 Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados a terceiros, usuários, empregados e prepostos em decorrência da execução contratual, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

6.29 Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os comprovantes de regularidade documental dos veículos e apólices de seguro vigentes, quando exigidos.

6.30 Realizar manutenção preventiva e corretiva em conformidade com o plano do fabricante, normas técnicas vigentes e determinações dos órgãos competentes.

6.31 Considera-se manutenção preventiva, além da prevista pelo fabricante, a troca periódica de óleo do motor e transmissão, fluido de freio, aditivos, pastilhas, correias, filtros, amortecedores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.

6.32 Efetuar lavagem completa dos veículos após cada manutenção.

6.33 Substituir pneus que apresentem desgaste excessivo, danos, riscos ou sulcos inferiores ao limite legal ou técnico aplicável, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal.

6.34 Executar os serviços em oficinas próprias ou credenciadas, localizadas em Paranaguá/PR ou em municípios situados em raio de até 100 (cem) km, desde que preservada a eficiência do atendimento.

6.35 Disponibilizar serviço de socorro 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, para atendimento imediato em casos de defeito, pane ou acidente.

6.36 Realizar serviços extraordinários de manutenção e substituição mediante autorização formal da fiscalização ou da comissão de gestão contratual, ressalvadas as hipóteses emergenciais e as revisões ordinárias.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.37 Responder integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos embarcados, tais como rádio transceptor móvel, sinalizadores acústicos e visuais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após comunicação formal.

6.38 Os veículos que não apresentarem condições adequadas de segurança, conservação e limpeza, ou que se tornarem inoperantes ou sofrerem acidentes, deverão ser substituídos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, mediante disponibilização de veículo reserva similar e apto ao serviço.

6.39 Sempre que houver indisponibilidade por manutenção, sinistro, falha mecânica, defeito, acidente ou qualquer circunstância que impeça o uso imediato, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva equivalente, assegurando a continuidade ininterrupta dos serviços.

6.40 O veículo reserva permanecerá em operação até o retorno do veículo original reparado ou até a substituição definitiva por unidade equivalente, conforme determinação da fiscalização contratual.

6.41 O descumprimento dos prazos de substituição ou disponibilização de veículo reserva ensejará desconto proporcional no pagamento mensal, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis.

6.42 Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, a CONTRATANTE poderá adotar soluções alternativas para continuidade do serviço, considerando-se a locação não realizada para fins de glosa e apuração de responsabilidade.

6.43 Responsabilizar-se pelos custos de troca ou substituição da plotagem dos veículos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal da CONTRATANTE, quando decorrentes de desgaste, defeito ou necessidade contratual atribuível à contratada.

6.44 Responsabilizar-se pelos custos de substituição dos equipamentos sonoros e luminosos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após comunicação formal, quando decorrentes de falha, desgaste ou defeito.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

6.45 Garantir que todos os veículos permaneçam devidamente segurados durante toda a vigência contratual, com pagamentos, renovações e regularidade sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

6.46 Realizar o emplacamento de todos os veículos locados e mantê-los com documentação de trânsito regularizada durante toda a execução contratual.

6.47 Não caberá qualquer ônus à CONTRATANTE em razão da rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor ou fiscal do contrato, sem prejuízo da obrigação de refazimento ou substituição do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

7.3. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;

7.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

7.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados por Secretaria participante do certame e/ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.

8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Indicam-se para fiscal do referido contrato:

FISCAL : GCM Ivã Luiz **Bernardi** , Matrícula nº 5319

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz **Neves** Silva Matrícula nº 6049



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Do Reajuste

Os valores contratados serão reajustados anualmente, contado da data do orçamento estimado da contratação, com base na variação do índice IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

9.2. Da Periodicidade

O reajuste somente poderá ser aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, sendo vedada a sua aplicação retroativa fora das hipóteses legalmente previstas.

9.3. Da Revisão e do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser concedida revisão contratual nas seguintes hipóteses:

- I – ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- II – caso fortuito ou força maior;
- III – fato do príncipe ou fato da Administração;
- IV – variação extraordinária e comprovada dos custos diretamente relacionados à execução do objeto.

9.4. Da Atualização dos Preços Registrados (SRP)

Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do §5º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

redução dos preços registrados, de modo a torná-los compatíveis com os valores de mercado.

9.4.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.4.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços observará a classificação obtida originalmente na licitação.

9.4.4. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com base na ata, para que avaliem a necessidade de revisão dos preços contratados.

9.5. Da Elevação dos Preços de Mercado

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, poderá o fornecedor requerer a atualização do preço registrado, antes do recebimento da ordem de fornecimento, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize o cumprimento das obrigações, desde que atendidos os seguintes requisitos:

9.5.1. A solicitação deverá ser formalmente apresentada pelo fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços;

9.5.2. Deverá ser demonstrada alteração substancial das condições inicialmente pactuadas, evidenciando desequilíbrio econômico-financeiro;

9.5.3. Deverá ser comprovada a desatualização dos preços registrados por meio de planilha de custos e documentação pertinente.

9.6. Do Procedimento de Análise

a) A iniciativa e o ônus da comprovação caberão ao fornecedor, competindo ao órgão gerenciador a análise e deliberação do pedido;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- b) Na ausência de comprovação efetiva da ocorrência de fato superveniente e da inviabilidade dos preços registrados, o pedido será indeferido, permanecendo o fornecedor obrigado ao cumprimento das condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- c) Comprovada a desatualização dos preços, a Administração poderá promover a atualização, adequando-os aos valores de mercado;
- d) Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas;
- e) Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais integrantes do cadastro de reserva para manifestação de interesse na assunção do fornecimento, nas condições atualizadas;
- f) Na ausência de cadastro de reserva, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, desde que mantida a vantagem da contratação;
- g) Não havendo êxito nas negociações, a Administração poderá revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias à satisfação da demanda administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

101.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando: a) Não celebrar o contrato;

- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

10.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- c) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- d) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

10.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato/retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação;

10.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

10.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

10.3 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

10.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

10.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

10.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

10.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.8 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

10.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

10.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

13.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 14133/2021, Lei Complementar nº 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passíveis de aplicação ao caso.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) - “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) - “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar, causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) - “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL

(Nome da empresa)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Testemunha

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - (**VALORES ATUALIZADOS CONFORME LANÇE FINAL**)

A

Prefeitura do Município de Paranaguá

Empresa: _____

Denominação social: _____

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____

Endereço: E-mail: Telefone: _____



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o **Pregão Eletrônico nº 90022/2026 - Registro de Preços nº 025/2026**;

2) Proponho executar os itens abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos;

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT.	QTD.	VLR. TOT.

Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026, instaurado pela Prefeitura do Município de Paranaguá-PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Nome da Empresa

CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto , em atendimento a Constituição Federal – ARTIGO 7 INCISO XXXIII que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no
_____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

A empresa _____,
CNPJ nº _____, com sede em _____
_____ (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do PREGÃO
ELETRÔNICO Nº XXX/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo

ANEXO X

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

_____ DOCUMENTO DE
IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____
CPF Nº: _____

_____ ENDEREÇO ELETRÔNICO:

_____ ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

A _____ CNPJ
nº _____, sediada em _____ / _____, Rua



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

_____, nº _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

_____ inscrito no CNPJ
sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de
Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA para
fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados
executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR

A _____, inscrito no
CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de Identidade



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

_____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº 14.133/2021 e em outras normas específicas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____